



2024
EXERCÍCIO

CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL

CAMPINAPÓLIS
Processo: 1850512/2024

Conselheiro





Sumário

1.	Peças de Planejamento.....	10
2.	Análise do Desempenho da Gestão – Período de 2021 a 2024.....	13
2.1.	Desempenho Fiscal.....	13
2.1.1.	Receitas Orçamentárias.....	13
2.1.1.1.	Receitas Correntes.....	15
2.1.1.2.	Receita Tributária Própria.....	17
2.1.1.3.	Transferências Correntes.....	19
2.1.1.3.1.	Dependência da Cota-parte do FPM, do ICMS e Repasse do SUS em relação a Receita Corrente.....	20
2.1.1.4.	Principais Tributos: ISSQN-IPTU-TAXAS-ITBI.....	21
2.1.1.4.1.	Principais Tributos <i>per capita</i> : ISSQN-IPTU-TAXAS-ITBI.....	22
2.1.1.5.	Dependência das Transferências e evolução dos principais Tributos.....	24
2.1.1.6.	Dívida Ativa.....	25
2.1.2.	Despesas Orçamentárias.....	26
2.1.2.1.	Despesas Correntes.....	30
2.1.2.1.1.	Investimentos.....	33
3.	Resultados da Execução Orçamentária.....	34
4.	Resultado Financeiro (Balanço Patrimonial).....	37
5.	Dívida Pública.....	39
5.1.	Dívida Fundada <i>per capita</i>	40
6.	Limites Constitucionais e legais.....	41
6.1.	Educação.....	41
6.1.1.	Aplicação na Educação (art. 212, da C.F.).....	41
6.1.2.	Contribuição e Receitas na Educação Básica.....	44
6.1.3.	Recursos do FUNDEB gastos com Remuneração dos Profissionais da Educação.....	45
6.2.	Saúde.....	46
6.3.	Gasto com Pessoal.....	48
6.3.1.	Despesa com Pessoal do Poder Executivo.....	48
6.3.2.	Despesa com Pessoal do Município.....	50
6.4.	Repasse ao Poder Legislativo.....	52
6.5.	Limite da Relação Despesa Corrente/ Receita Corrente – Art. 167-A/ CF 88.....	52
6.6.	Síntese da Observância dos Principais Limites.....	54
7.	Aspectos Previdenciários.....	54





7.1.	Resultado de Previdenciário – RPPS.....	54
7.2.	Contribuições Previdenciárias e Parcelamentos Efetuados.....	55
7.3.	Índice de Situação Previdenciária.....	56
7.4.	Regime de Previdência Complementar.....	57
7.5.	Resultado Atuarial.....	58
8.	Indicadores.....	60
8.1.	Carga Tributária <i>per capita</i>	60
8.2.	Investimento <i>per capita</i>	61
8.3.	Indicadores de Poupança Corrente e Suficiência Financeira.....	63
8.4.	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED.....	66
8.5.	Transparência Pública.....	67
9.	Do Relatório Técnico de Auditoria: Secex de Receita e Governo.....	68
10.	Parecer do Ministério Público de Contas.....	73





Sumário de Tabelas

Tabela 1 – Características do município.....	9
Tabela 2 – Quadro de servidores do município.....	9
Tabela 3 - Percentual de servidores per capita.....	9
Tabela 4 – Peças de Planejamento.....	11
Tabela 5 – Distribuição Orçamentária por Unidade.....	11
Tabela 6 – Demonstrativo das Alterações do Orçamento.....	12
Tabela 7 – Alterações orçamentárias por Recursos/ Fonte de Financiamento.....	12
Tabela 8 – Evolução da Receita Estimada – 2021 a 2024 – Atualizada pelo IPCA.....	13
Tabela 9 – Receita Arrecadada – 2021 a 2024 – Atualizada pelo IPCA.....	14
Tabela 10 – Receita Tributária Própria – 2021 a 2024 – Atualizada pelo IPCA.....	18
Tabela 11 – Resultados de Gestão – Receitas 2021 a 2024 – Campinópolis – (R\$ Milhares) – Atualizado pelo IPCA.....	24
Tabela 12 – Saldo da Dívida Ativa – 2021 a 2024 – Atualizado pelo IPCA.....	26
Tabela 13 – Despesa Orçamentária por Função - 2024.....	27
Tabela 14 – Despesas Orçamentárias por Natureza – 2024.....	27
Tabela 15 – Despesas Orçamentárias por Natureza – 2021 a 2024 – Atualizada pelo IPCA.....	28
Tabela 16 – Despesas 2021 a 2024 – Campinópolis – Atualizada pelo IPCA.....	32
Tabela 17 – Despesa de Investimento em Relação à Despesa Total – Atualizada pelo IPCA.....	33
Tabela 18 – Despesas Liquidadas com Investimento.....	34
Tabela 19 – Despesas Liquidadas com Investimento por Fonte de Recursos.....	34
Tabela 20 – Comparativo entre Orçado e Executado – R\$ (excluídas as intraorçamentárias).....	35
Tabela 21 – Resultado Orçamentário.....	35
Tabela 22 - Resultado de Execução Orçamentária por Fonte de Recursos.....	36
Tabela 23 – Histórico da Execução Orçamentária – R\$ – Atualizada pelo IPCA.....	37
Tabela 24 – Resultado Financeiro.....	38
Tabela 25 – Dívida Pública.....	39
Tabela 26 – Saldo da Dívida Pública – 2021 a 2024 – Atualizada pelo IPCA.....	39
Tabela 27 – Receitas com Percentual Vinculado à Educação.....	42
Tabela 28 – Despesas Realizadas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.....	42
Tabela 29 – Aplicação na Educação (art. 212 CF) – 2021 a 2024.....	43
Tabela 30 – Despesas Realizadas com Educação por Fonte de Recursos.....	44
Tabela 31 – Contribuição e Receitas do FUNDEB.....	44
Tabela 32 – Cálculo do Limite Constitucional da Remuneração dos Profissionais do Magistério..	45
Tabela 33 – Remuneração dos Profissionais do Magistério (%) – 2021 a 2024.....	45





Tabela 34 – Receitas com Percentual Vinculado à Saúde.....	46
Tabela 35 – Despesas Realizadas com a Saúde – R\$.....	46
Tabela 36 – Gastos com Saúde (%) – 2021 a 2024.....	47
Tabela 37 – Despesas Realizadas com Saúde por Fonte de Recursos.....	47
Tabela 38 – Base de Cálculo: Pessoal – RCL.....	49
Tabela 39 – Despesa com Pessoal – Consolidado.....	50
Tabela 40 – Despesa com Pessoal do Município (%).....	50
Tabela 41 – Histórico de Despesa com Pessoal (%) – 2021 a 2024.....	51
Tabela 42 – Repasse para o Legislativo – Art.29-A, CF/88.....	52
Tabela 43 – Repasse para o Legislativo (%) – 2021 a 2024.....	52
Tabela 44 – Principais Limites Constitucionais e Legais alcançados.....	54
Tabela 45 – Resultado da Execução Orçamentária – RPPS – Atualizado pelo IPCA.....	55
Tabela 46 – Índice de Situação Previdenciária.....	57
Tabela 47 – Informações Gerais sobre a Adesão ao Regime de Previdência Complementar.....	58
Tabela 48 – Hipóteses Demográficas, Econômicas e Financeiras do RPPS de Campinópolis.....	59
Tabela 49 – Demonstrativos de Resultados do RPPS.....	60
Tabela 50 – Resultado Atuarial de 2021 a 2024 – Atualizado pelo IPCA.....	60
Tabela 51 – Critérios de Classificação do Indicador de Poupança Corrente.....	64
Tabela 52 – Indicador de Poupança Corrente.....	64
Tabela 53 – Flutuação do Emprego Formal – 2021 a 2024.....	67
Tabela 54 – Níveis de transparência do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTTP).....	68
Tabela 55 – Índice de Transparência.....	68





Sumário de Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição Orçamentária.....	12
Gráfico 2 – Evolução da Receita Estimada – Atualizada pelo IPCA.....	13
Gráfico 3 – Composição da Receita Arrecadada – 2024.....	14
Gráfico 4 – Histórico das Receitas Correntes – 2021 a 2024 (R\$ Milhões) – Atualizada pelo IPCA.....	15
Gráfico 5 – Crescimento das Receitas Correntes – 2021/2024 – Atualizada pelo IPCA.....	16
Gráfico 6 – Receita Corrente <i>per capita</i> – 2024 (R\$).....	16
Gráfico 7 – Evolução das Transferências Correntes (Liq. Deduções) – Atualizada pelo IPCA.....	17
Gráfico 8 – Receita Arrecadada x Receita Tributária Própria – Atualizada pelo IPCA.....	19
Gráfico 9 – Dependência dos municípios em relação as Transferências Correntes / Relação as Receitas Correntes – 2021 a 2024.....	20
Gráfico 10 – Percentual de Dependência dos municípios em relação a Cota-parte FPM, ICMS e do Repasse do SUS/ Receita Corrente – Atualizado pelo IPCA.....	20
Gráfico 11 – Variação dos Principais Tributos – 2021/2024 – Atualizado pelo IPCA.....	21
Gráfico 12 – Evolução dos Principais Tributos – Município – 2021 a 2024 – Atualizado pelo IPCA.....	22
Gráfico 13 – ISSQN <i>per capita</i> – 2021 a 2024 – Atualizado pelo IPCA.....	22
Gráfico 14 – IPTU <i>per capita</i> – 2021 a 2024 – Atualizado pelo IPCA.....	23
Gráfico 15 – ITBI <i>per capita</i> – 2021 a 2024 – Atualizado pelo IPCA.....	23
Gráfico 16 – Taxas <i>per capita</i> – 2021 a 2024 – Atualizado pelo IPCA.....	24
Gráfico 17 – Saldo da Dívida Ativa x % Recebimento da Dívida Ativa – Atualizado pelo IPCA.....	25
Gráfico 18 – Evolução das Despesas Realizadas – 2021 a 2024 – Atualizado pelo IPCA.....	28
Gráfico 19 – Despesas Realizadas por Natureza – 2024.....	29
Gráfico 20 – Histórico das Despesas.....	29
Gráfico 21 – Evolução das Despesas Correntes – Município – 2021 a 2024 – Atualizada pelo IPCA.....	30
Gráfico 22 – Evolução das Despesas Correntes <i>per capita</i> – 2021 a 2024 – Atualizada pelo IPCA.....	31
Gráfico 23 – Despesas Correntes <i>per capita</i> x Carga Tributária <i>per capita</i> – 2021 a 2024 – Atualizada pelo IPCA.....	31
Gráfico 24 – Evolução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais <i>per capita</i> – 2021 a 2024 – Atualizada pelo IPCA.....	32
Gráfico 25 – Despesa de investimento x Despesa Total.....	33
Gráfico 26 – Resultado Orçamentário – Atualizado pelo IPCA.....	37
Gráfico 27 – Quociente da Situação Financeira – Município – 2021 a 2024.....	38
Gráfico 28 – Saldo da Dívida Pública – Atualizada pelo IPCA.....	40
Gráfico 29 – Índice de Dívida Fundada <i>per capita</i> em Reais – Município – 2021 a 2024 – Atualizada pelo IPCA.....	40
Gráfico 30 – Relação Dívida Fundada / Receita Corrente – Atualizada pelo IPCA.....	41
Gráfico 31 – % Aplicado na Educação.....	43





Gráfico 32 – Investimentos em Educação por Aluno – 2021 a 2024 – Atualizado pelo IPCA.....	43
Gráfico 33 – % Aplicado na Remuneração do Magistério.....	45
Gráfico 34 – % Aplicado na Saúde.....	47
Gráfico 35 – Despesa com Saúde <i>per capita</i> – 2021 a 2024 – Atualizada pelo IPCA.....	48
Gráfico 36 – % Aplicado com Despesa de Pessoal do Poder Executivo.....	49
Gráfico 37 – % Aplicado com Despesa de Pessoal do Município.....	51
Gráfico 38 – Evolução da Receita Corrente Líquida e Despesa de Pessoal do Poder Executivo e do Município – Atualizada pelo IPCA.....	51
Gráfico 39 – Limite art. 167-A – CF88 – 2021/2024.....	53
Gráfico 40 – Histórico da proporção de municípios de acordo com o Limite Art. 167-A CF88.....	53
Gráfico 41 – Indicador de Carga Tributária <i>per capita</i> – 2021 a 2024 – Atualizado pelo IPCA.....	61
Gráfico 42 – Despesa com Investimento <i>per capita</i> – 2021 a 2024 – Atualizado pelo IPCA.....	62
Gráfico 43 – % de Investimento por Receitas Correntes – 2021 a 2024.....	63
Gráfico 44 – Indicador de Suficiência Financeira – 2021/2024.....	65
Gráfico 45 – Proporção dos Municípios de acordo com o Indicador de Suficiência Financeira.....	66





PROCESSO	: 185.051-2/2024
ASSUNTO	: Contas Anuais – Exercício de 2024
INTERESSADO	: Prefeitura Municipal de Campinápolis
RESPONSÁVEL	: José Bueno Vilela
ADVOGADO	: Não consta
RELATOR	: Conselheiro Valter Albano da Silva

Relatório – Governo

1. Trata o processo das Contas Anuais de Governo do Município de **Campinápolis**, referentes ao exercício de **2024**, gestão do senhor **José Bueno Vilela**, submetido à análise deste Tribunal de Contas em razão da competência disposta nos §§ 1º e 2º, e *caput*, do art. 31 da Constituição da República, combinado com o inc. I do art. 210 da Constituição Estadual e com o inc. I do art. 1º da Lei Complementar Estadual 269, de 29/01/2007 – Lei Orgânica deste Tribunal de Contas. Estas contas representam o desempenho dos Poderes Executivo e Legislativo.

Localização geográfica do Município de Campinápolis

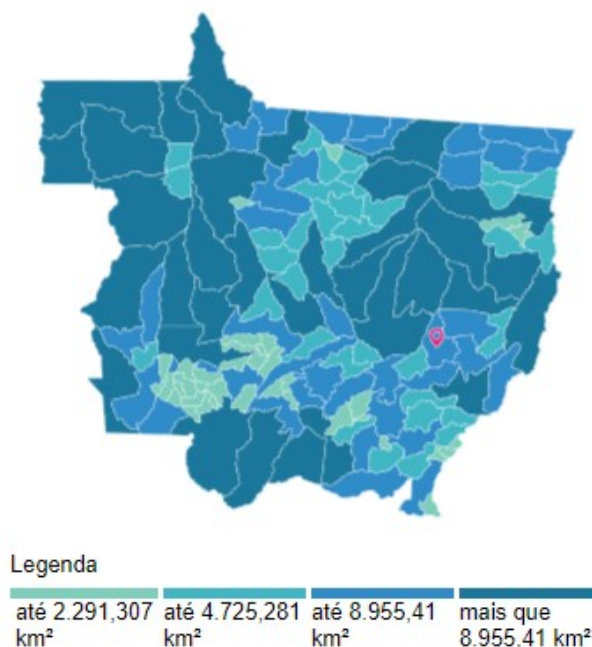




Tabela 1 – Características do município

MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS			
Data de Criação			13/05/1986
Área geográfica			5981,707 Km²
Distância da Capital			544 Km
População – IBGE			15713 habitantes
PARECER PRÉVIO PELO TCE - MT (2021 a 2023)			
Exercício	Responsável	Parecer	Relator
2021	José Bueno Vilela	Parecer Prévio Favorável	Cons. Guilherme Maluf
2022	Jose Bueno Vilela	Parecer Prévio Favorável	Cons. Guilherme Maluf
2023	José Bueno Vilela	Parecer Prévio Favorável	Cons. Valter Albano

Fontes: IBGE, INEP, Site TCE MT(Contas Anuais)

Tabela 2 – Quadro de servidores do município

Vínculo	2021	2022	2023	2024
Efetivo	436	428	416	405
Estável	2	2	2	2
Livre Nomeação e Exoneração	66	93	109	124
Eletivo	19	22	19	20
Temporário	248	311	341	416
Sem informação	92	94	105	126
TOTAL	863	950	992	1.093

Fontes: Aplic

Tabela 3 - Percentual de servidores per capita

Servidores per capita	2021	2022	2023	2024
Campinópolis	4,72%	5,55%	5,75%	6,15%
Média dos municípios do Grupo 3 - com população entre 10.001 e 20.000 habitantes	4,61%	5,77%	5,96%	5,83%
Média MT	4,28%	4,61%	4,00%	3,92%

Fontes: Aplic

2. As presentes contas foram apresentadas com os respectivos demonstrativos contábeis e encaminhadas pelo citado gestor e pelo contador do município, o senhor **Douglas Venício Antunes Nonnemacher**, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade – CRC-MT sob o número GO-019107/O.

3. Durante o exercício analisado, o sistema de Controle Interno do Município ficou sob a responsabilidade da senhora **Monica Aparecida Rodrigues**, Controladora Interno municipal.





4. Com o intuito de realizar análise complementar, os resultados de Campinápolis foram comparados com a média do grupo em que o município está inserido, de acordo com o IGFM-MT/TCE, ou seja, **Grupo 3 - com população entre 10.001 e 20.000 habitantes**. Os resultados foram também comparados com a média geral dos municípios do Estado de Mato Grosso.

5. A classificação de agrupamento populacional segue o seguinte critério:

- Grupo 1 – municípios com até 5.000 habitantes
- Grupo 2 – municípios entre 5.001 e 10.000 habitantes
- **Grupo 3 – municípios entre 10.001 e 20.000 habitantes**
- Grupo 4 – municípios entre 20.001 e 50.000 habitantes
- Grupo 5 – municípios acima de 50.000 habitantes

6. Foram examinados os resultados da Gestão Fiscal de **Campinápolis** em 2024, comparados aos obtidos nos anos de 2021 a 2023, com valores atualizados pelo índice IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de 31.12.2024.

1. Peças de Planejamento

Plano Plurianual – PPA - Lei que estabelece de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Vigora por quatro anos, sendo elaborado no primeiro ano do mandato presidencial, abrangendo até o primeiro ano do mandato seguinte¹.

Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO) - Estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte. Para isso, fixa o montante de recursos que o governo pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; indica prioridades para os financiamentos pelos bancos públicos².

Lei Orçamentária Anual (LOA) - É a lei orçamentária propriamente dita, possuindo vigência para um ano. Ela estima a receita e fixa a despesa do exercício financeiro, ou seja, aponta como o governo vai arrecadar e como irá gastar os recursos públicos³.

Créditos Adicionais - São eles autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei de orçamento. Em outras palavras, os créditos adicionais são instrumentos de ajustes orçamentários, sendo “fundamental para oferecer flexibilidade e permitir a operacionalidade de qualquer sistema orçamentário” e que visam a atender as

¹ <http://www.tesouro.gov.br/pt/-/glossario>

² <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ldo>

³ <https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario/lei-orcamentaria-anual-loa>





seguintes situações: corrigir falhas da LOA; mudança de rumos das políticas públicas; variações de preço de mercado de bens e serviços a serem adquiridos pelo governo; e situações emergenciais imprevistas⁴.

7. O Poder Executivo elaborou as três peças de planejamento – o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA e as enviou a este Tribunal para subsidiar a análise das contas anuais, conforme demonstrado na Tabela 4:

Tabela 4 – Peças de Planejamento

PEÇAS DE PLANEJAMENTO	NÚMERO DO PROCESSO	NÚMERO DA LEI	DATA DA LEI	AUTORIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PPA	82.323-6/2021	1317/2021	05/10/2021	-
LDO	64.758-6/2023	1393/2023	04/10/2023	-
LOA	78.643-8/2023	1408/2023	20/12/2023	20,00%

Fontes: Control P e Sistema Aplic.

8. A LOA estimou a receita e fixou a despesa do Município em **R\$126.745.000,00**, com autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de **20%** do orçamento, tendo a distribuição por órgão e entidade demonstrada na Tabela 5:

Tabela 5 – Distribuição Orçamentária por Unidade

	VALOR (R\$)	% Desp
Administração Direta	118.645.000,00	93,61%
Prefeitura Municipal	115.345.000,00	91,01%
Câmara Municipal	3.300.000,00	2,60%
Administração Indireta	8.100.000,00	6,39%
Previdência	8.100.000,00	6,39%
Total Geral Fixado	126.745.000,00	100,00%

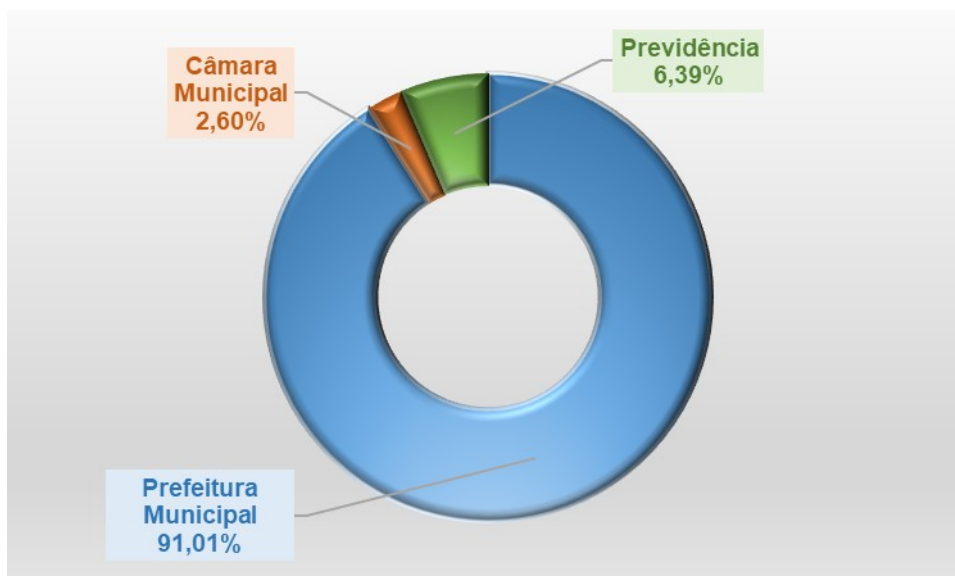
Fontes: LOA e Site TCE MT(Contas Anuais)

⁴ <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A14D110A73014D1EFE5B2520D8>





Gráfico 1 – Distribuição Orçamentária



9. Durante o exercício de 2024, ocorreram diversas alterações orçamentárias, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares e/ou especiais, que modificaram o valor do orçamento inicial, conforme exposto na Tabela 6:

Tabela 6 – Demonstrativo das Alterações do Orçamento

Orçamento inicial		R\$ 126.745.000,00
créditos adicionais	suplementar	R\$ 39.361.046,64
	especial	R\$ 600.000,00
	extraordinário	R\$ 0,00
Transposição		R\$ 0,00
Redução		R\$ 31.572.357,00
Orçamento Final		R\$ 135.133.689,64
Variação% OF/OI		6,62%
Alterações% Créditos Adicionais/ Orç. Inicial		31,53%

Fontes: LOA e Site TCE MT(Contas Anuais)

Tabela 7 – Alterações orçamentárias por Recursos/ Fonte de Financiamento

Recursos / Fonte de Financiamento	Total
Anulação de Arrecadação	31.572.357,00
Excesso de Arrecadação	5.423.175,10
Superávit Financeiro	2.965.514,54
Total Créditos Adicionais	39.961.046,64

Fontes: Contas Anuais





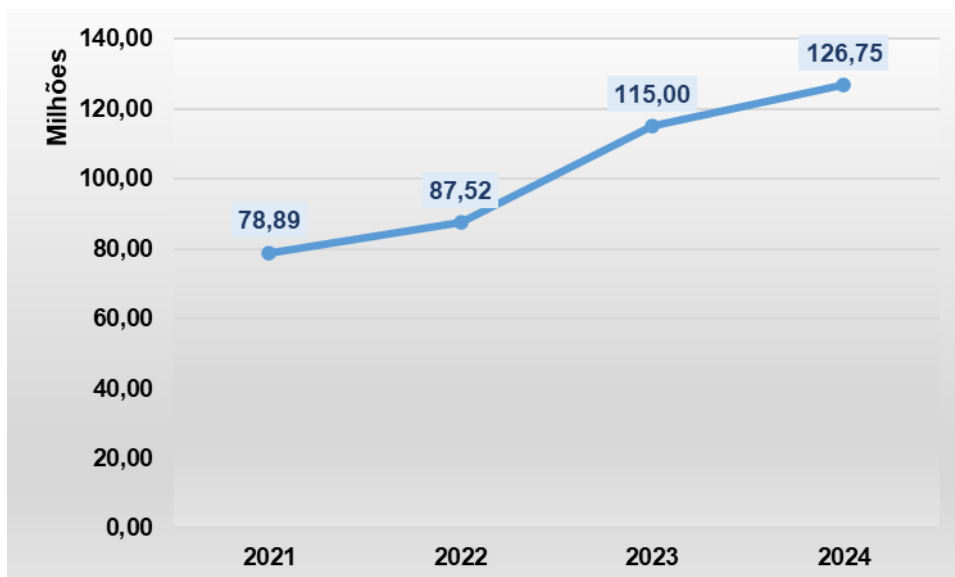
10. A série histórica da Lei Orçamentária, no período de 2021 a 2024, indica que a Administração Municipal aumentou a estimativa de suas receitas, conforme se pode observar na Tabela 8:

Tabela 8 – Evolução da Receita Estimada – 2021 a 2024 – Atualizada pelo IPCA

	2021	2022	2023	2024
Receita Estimada - R\$	78.893.757,72	87.521.182,19	114.999.931,51	126.745.000,00
Variação %	-	10,94%	31,40%	10,21%

Fonte: Site TCE MT(Contas Anuais)

Gráfico 2 – Evolução da Receita Estimada – Atualizada pelo IPCA



Fonte: Site TCE MT(Contas Anuais)

2. Análise do Desempenho da Gestão – Período de 2021 a 2024

2.1. Desempenho Fiscal

2.1.1. Receitas Orçamentárias

São disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. As receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. É por meio dessa receita que o gestor viabiliza a execução das políticas públicas.

11. As receitas efetivamente arrecadadas pelo Município totalizaram **R\$ 117.482.863,88.**





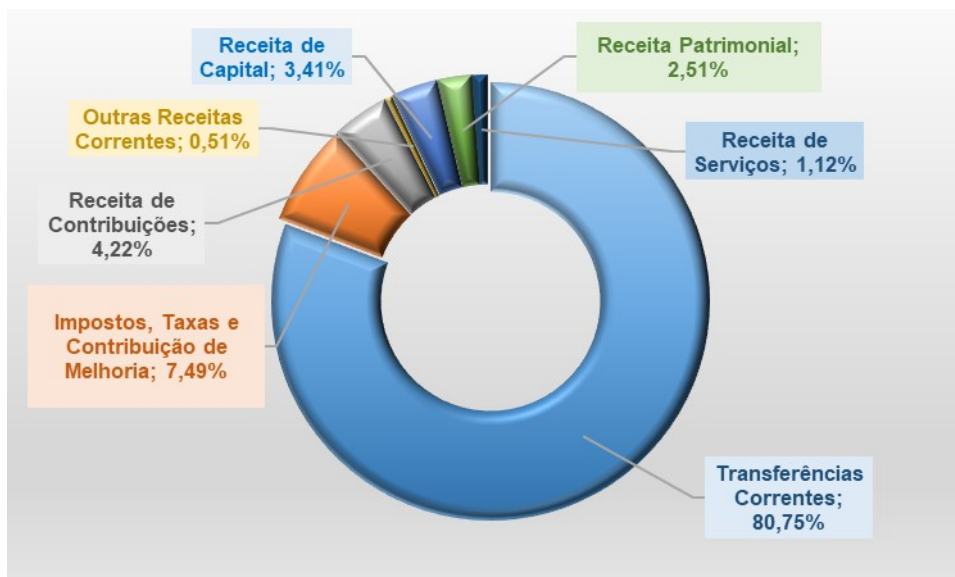
12. A série histórica das receitas orçamentárias do Município, no período de 2021 a 2024, revela crescimento da arrecadação, conforme demonstrado na Tabela 9:

Tabela 9 – Receita Arrecadada – 2021 a 2024 – Atualizada pelo IPCA

Origens das Receitas	2021	2022	2023	2024
Receitas Correntes (Bruta)	97.315.569,98	106.893.893,61	115.100.333,12	122.991.112,88
Receitas Correntes (liq. Ded)	89.182.618,85	98.043.871,30	106.149.839,04	113.481.218,45
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	6.887.861,97	8.420.975,71	7.981.837,16	8.812.098,63
Receita de Contribuições	3.555.970,25	3.571.218,66	4.272.708,15	4.954.175,80
Receita Patrimonial	647.242,64	2.008.245,15	2.471.959,79	2.952.438,13
Receita de Serviços	1.223.801,91	1.456.669,72	1.598.802,55	1.314.847,95
Transferências Correntes	84.758.600,76	91.385.903,00	98.080.302,59	104.357.572,79
Outras Receitas Correntes	242.092,46	50.881,37	694.722,90	599.979,58
Receitas de Capital	3.616.017,71	2.174.449,70	2.789.305,08	4.001.645,43
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	937.800,00
Transferências de Capital	3.616.017,71	2.174.449,70	2.789.305,08	3.063.845,43
Receitas Intraorçamentárias	2.789.195,08	3.806.598,10	5.598.257,75	6.774.186,49
Deduções	-8.132.951,13	-8.850.022,31	-8.950.494,09	-9.509.894,43
FUNDEB	-8.090.420,26	-8.836.426,20	-8.940.696,41	-9.495.587,45
Outras Deduções	-42.530,87	-13.596,11	-9.797,68	-14.306,98
Total das Receitas	95.587.831,64	104.024.919,10	114.537.401,87	124.257.050,37
Total das Receitas (excluído as intraorçamentárias)	92.798.636,56	100.218.321,00	108.939.144,11	117.482.863,88
% Variação	-	8,00%	8,70%	7,84%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

Gráfico 3 – Composição da Receita Arrecadada – 2024





13. O Gráfico 3 apresenta a relação das receitas, por origem, e com seu total arrecadado no exercício. Destaca-se que 80,75% da receita é proveniente das Transferências Correntes.

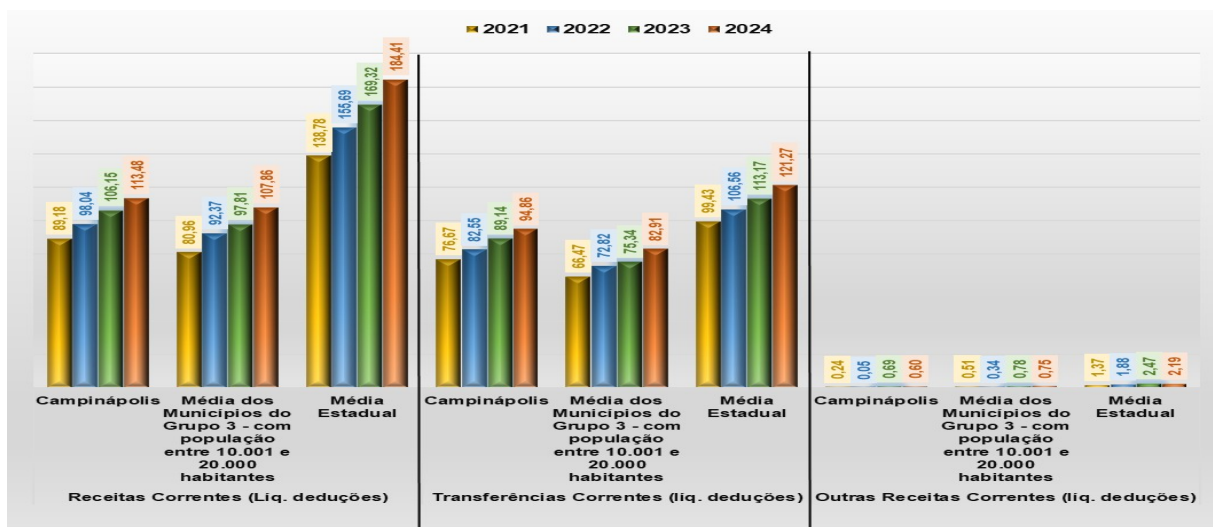
2.1.1.1. Receitas Correntes

As Receitas Correntes são as provenientes de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); e, por fim, das demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores (Outras Receitas Correntes).

14. Um dos itens detalhadamente examinados neste trabalho foi a gestão das Receitas Correntes, uma vez que sua análise envolve também a política tributária do Município. A Receita corrente de um município reflete também a ação governamental na instituição, cobrança e arrecadação dos tributos desse município.

15. Os Gráficos 4 e 5 demonstram o histórico da arrecadação das receitas correntes, com aumento de **27,25%**, no período de 2021 a 2024, ficando abaixo da média dos municípios do Grupo 3, **33,23%**, e abaixo da média estadual, **32,88%**. No mesmo intervalo de tempo, as Transferências Correntes aumentaram em **23,73%** e as outras receitas correntes cresceram **147,83%**.

Gráfico 4 – Histórico das Receitas Correntes – 2021 a 2024 (R\$ Milhões) –
Atualizada pelo IPCA

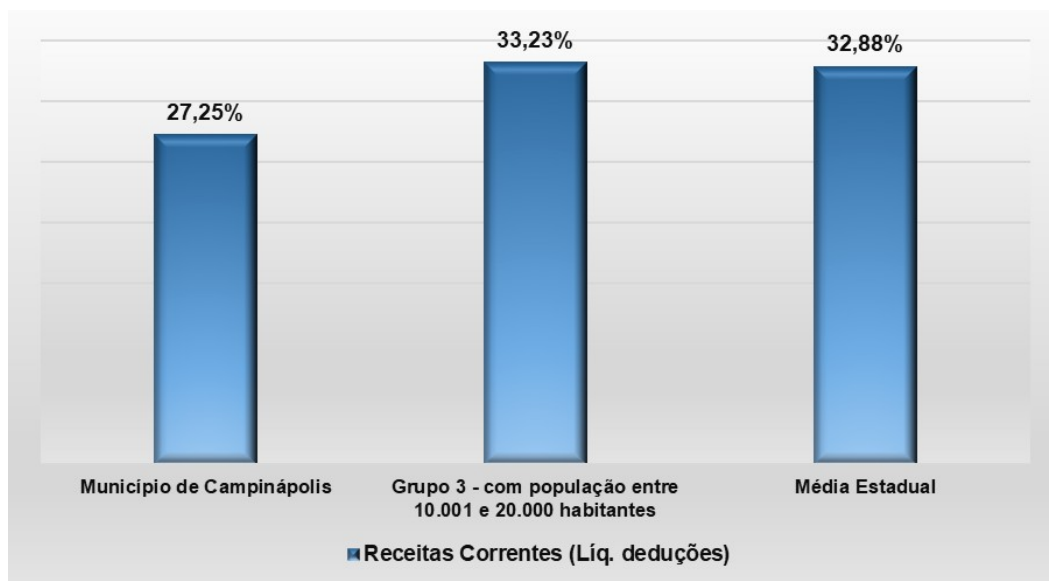


Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025





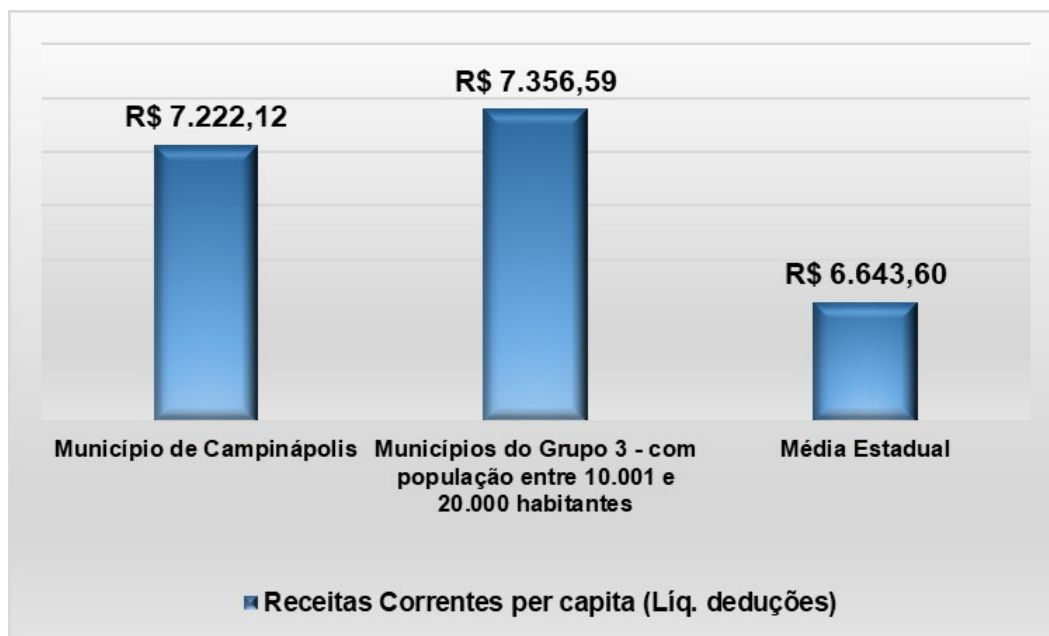
Gráfico 5 – Crescimento das Receitas Correntes – 2021/2024 – Atualizada pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

16. A Receita Corrente *per capita* do Município de Campinápolis, no exercício de 2024, ficou abaixo da média dos municípios do Grupo 3 e acima da média estadual.

Gráfico 6 – Receita Corrente *per capita* – 2024 (R\$)



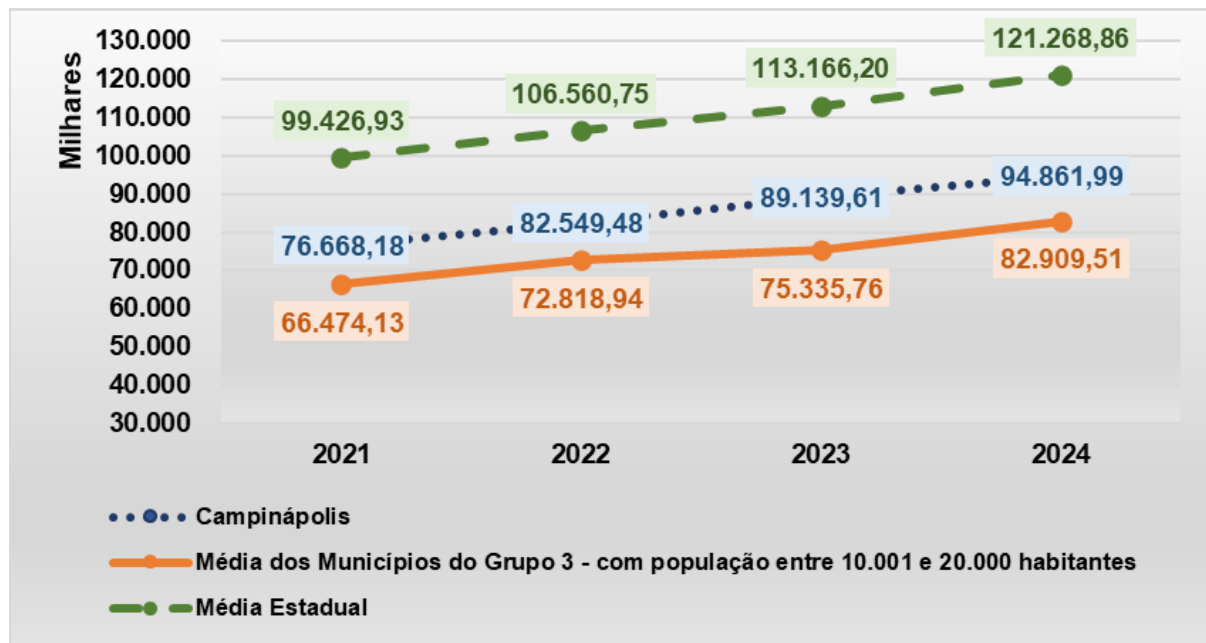
Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

17. O Gráfico 7 demonstra o histórico das Transferências Correntes, no período de 2021 a 2024.





Gráfico 7 – Evolução das Transferências Correntes (Liq. Deduções) – Atualizada pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

2.1.1.2. Receita Tributária Própria

Compreende o somatório das receitas de impostos de competência própria municipal, das taxas e contribuições, e da receita da dívida ativa.

18. A Receita Tributária Própria, em relação ao total de receitas arrecadadas, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, atingiu o percentual de 7,49%, conforme se observa na Tabela 10:





Tabela 10 – Receita Tributária Própria – 2021 a 2024 – Atualizada pelo IPCA

RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA - RTP	2021	2022	2023	2024	% (RECEITA PRÓPRIA - 2024/ RECEITA ARRECADADA LÍQUIDA - 2024)
Impostos, Taxas e Contribuições	6.416.671,45	7.699.187,18	7.705.400,69	8.609.119,09	7,33%
IPTU	174.289,02	182.320,19	210.362,53	174.008,84	0,15%
IRRF	2.198.284,23	5.058.484,17	3.965.898,00	4.989.425,37	4,25%
ISSQN	1.222.369,88	1.544.962,08	1.398.546,48	1.395.501,32	1,19%
ITBI	2.659.948,50	743.563,25	1.917.259,09	1.849.228,39	1,57%
Taxas	161.779,83	169.857,49	213.334,60	200.955,17	0,17%
Multas e Juros de Tributos	3.400,54	2.624,08	2.932,39	1.843,45	0,00%
Dívida Ativa	425.259,11	291.727,16	23.356,60	161.446,94	0,14%
Multas e Juros Dívida Ativa	0,00	0,00	133.945,58	24.764,46	0,02%
Total	6.845.331,10	7.993.538,42	7.865.635,26	8.797.173,94	7,49%
Variação %	-	16,77%	-1,60%	11,84%	
Variação% (2021/2024)	28,51%				
Variação média%	9,01%				
% (receita própria/ Receita Arrecadada Líquida)	7,38%	7,98%	7,22%	7,49%	

Fonte: Sistema Aplic – Atualizado em 28/06/2025

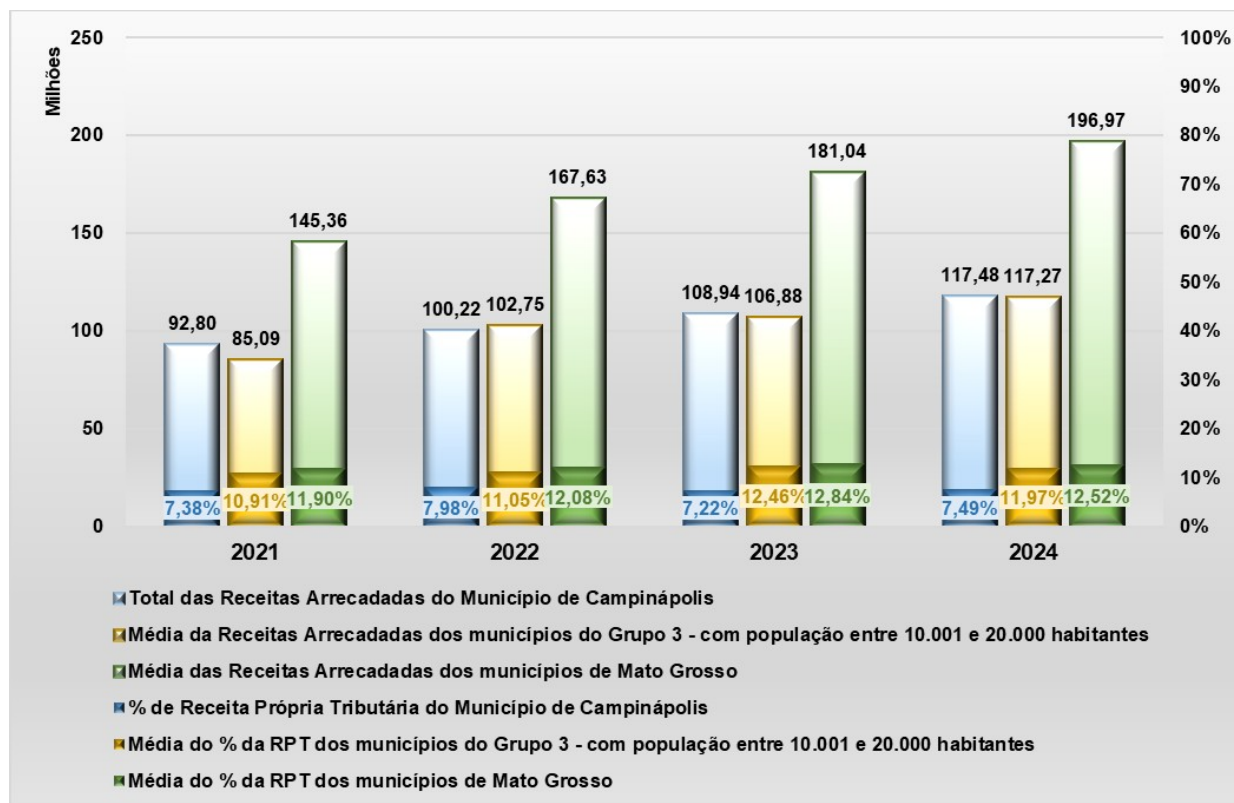
19. As Receitas Tributárias Próprias tiveram incremento de **28,51%** no período de 2021 a 2024. Portanto, esse aumento foi suficiente para reduzir o nível de dependência do município em relação às transferências, que passaram de **85,97%**, em 2021, para 83,59%, em 2024.

20. O Gráfico 8 demonstra a relação entre as receitas tributárias próprias e as receitas arrecadadas no período de 2021 a 2024. O Município de Campinópolis apresentou oscilação percentual no período, ficando abaixo das médias dos municípios do Grupo 3 - com população entre 10.001 e 20.000 habitantes e da estadual.





Gráfico 8 – Receita Arrecadada x Receita Tributária Própria – Atualizada pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

2.1.1.3. Transferências Correntes

São recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços, e podem ser aplicadas em despesas correntes ou de capital.

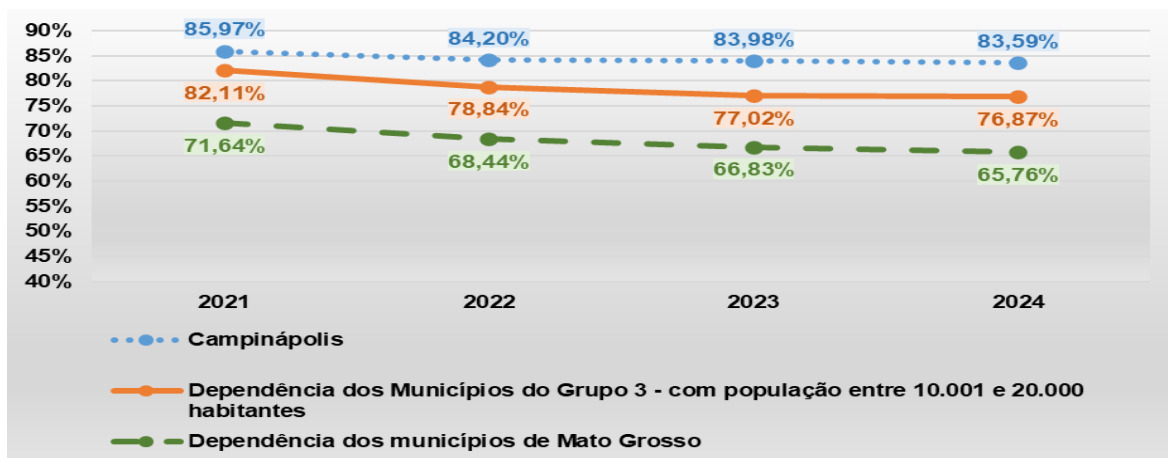
21. A dependência do Município em relação às transferências correntes oscilou entre 85,97% e 83,59% das receitas correntes, entre 2021 e 2024.

22. Ao analisar o grau de dependência de um município em relação às transferências correntes que este recebe, considera-se que, quanto menor o percentual, melhor a situação desse município. Em 2024, o percentual de dependência do Município de Campinápolis foi de 83,59%, maior do que a média de dependência dos municípios que compõem o Grupo 3, que atingiu 76,87%. Em comparação com a média estadual, que foi de 65,76%, Campinápolis obteve um resultado pior, pois teve uma maior dependência das transferências correntes. Os percentuais de dependência em relação às transferências correntes estão demonstrados no Gráfico 9.





Gráfico 9 – Dependência dos municípios em relação as Transferências Correntes / Relação as Receitas Correntes – 2021 a 2024

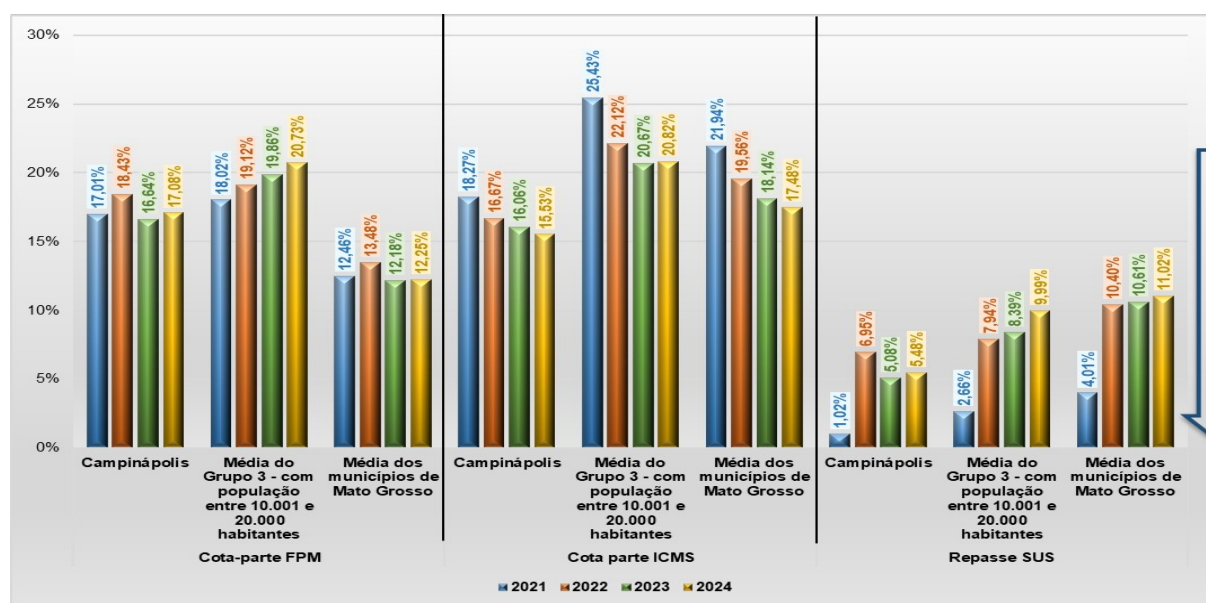


Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025
Receita Corrente e Transferência Corrente Líquidas das deduções

2.1.1.3.1. Dependência da Cota-parte do FPM, do ICMS e Repasse do SUS em relação a Receita Corrente

23. O Gráfico 10 demonstra a relação de dependência, em relação à Receita Corrente, dos três principais repasses constitucionais e legais; a Cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, Cota-parte do ICMS e Repasse do SUS, no período de 2021 a 2024.

Gráfico 10 – Percentual de Dependência dos municípios em relação a Cota-parte FPM, ICMS e do Repasse do SUS/ Receita Corrente – Atualizado pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025
Receita Corrente e Transferências Correntes (Cota-partes) Líquidas das deduções





24. Em 2024, dentre as principais transferências já mencionadas, o registro de maior dependência foi com relação à Cota-parte FPM, responsável por 17,08% da Receita Corrente de Campinópolis, colocando o município abaixo da média do Grupo 3 e superior da média estadual.

2.1.1.4. Principais Tributos: ISSQN-IPTU-TAXAS-ITBI

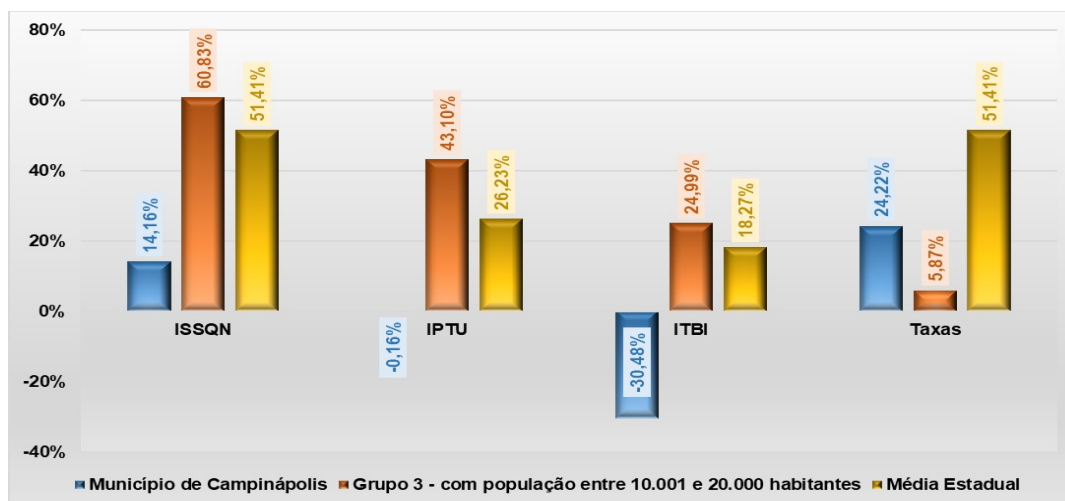
25. Os principais tributos de competência do Município, apresentaram o seguinte desempenho, no período de 2021 a 2024:

- **ISSQN**, crescimento de **14,16%**
- **IPTU**, decréscimo de **0,16%**
- **ITBI**, decréscimo de **30,48%**
- **Taxas**, crescimento de **24,22%**

26. O **ISSQN** representou **1,23%** das Receitas Correntes, em 2024; O ISSQN, foi o tributo que apresentou o segundo maior crescimento em arrecadação no período 2021 a 2024. Em 2024, o **IPTU** representou **0,15%** das Receitas Correntes; o **ITBI** e as **Taxas** constituíram **1,63%** e **0,18%** das Receitas Correntes, respectivamente.

27. A pesquisa permitiu observar que o Município de Campinópolis, nesse período, obteve crescimento significativo em arrecadação de Taxas, ficando acima da média do Grupo 3 e aquém da média estadual.

Gráfico 11 – Variação dos Principais Tributos – 2021/2024 – Atualizado pelo IPCA



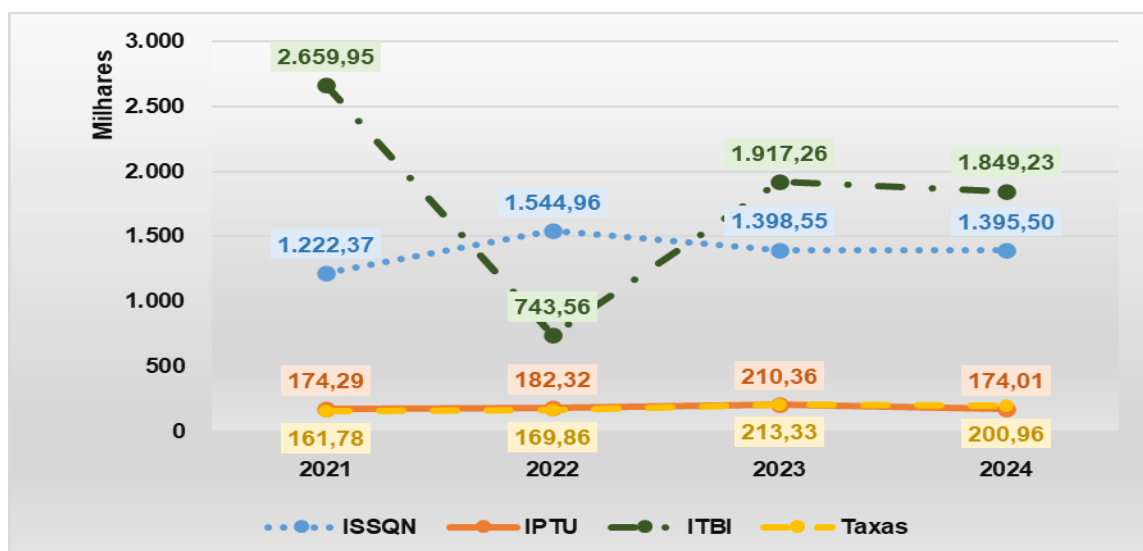
Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025





28. O Gráfico 12 demonstra o desempenho geral de Campinópolis em relação aos principais tributos, no período de 2021 a 2024:

Gráfico 12 – Evolução dos Principais Tributos – Município – 2021 a 2024 –
Atualizado pelo IPCA

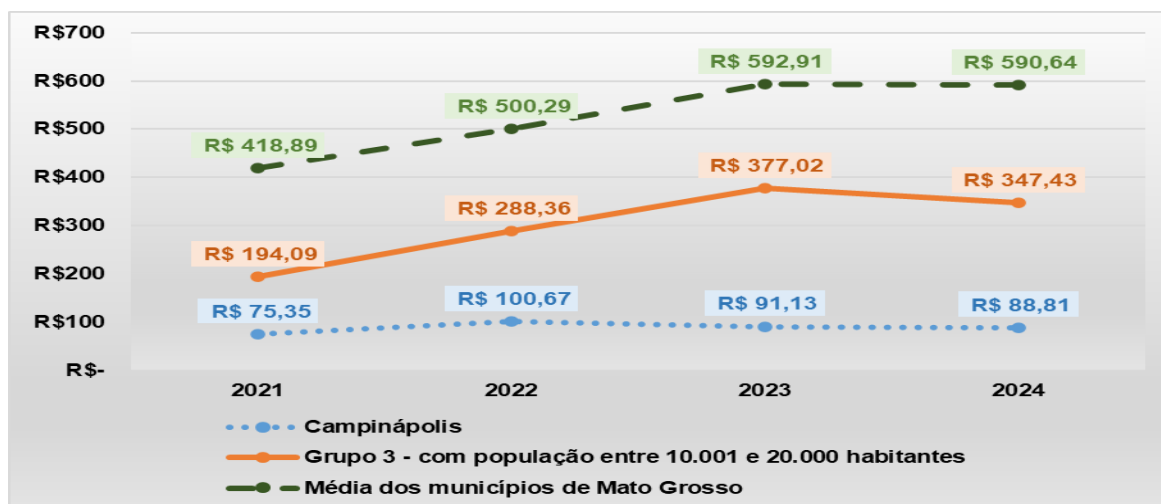


Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

2.1.1.4.1. Principais Tributos *per capita*: ISSQN-IPTU-TAXAS-ITBI

29. Ao analisar os principais tributos *per capita* do Município de Campinópolis, no período de 2021 a 2024, é possível verificar que, com relação ao **ISSQN *per capita***, o Município de Campinópolis apresentou redução nos dois últimos exercícios, ficando abaixo das médias do Grupo 3 e da estadual, conforme demonstrado no Gráfico 13.

Gráfico 13 – ISSQN *per capita* – 2021 a 2024 – Atualizado pelo IPCA



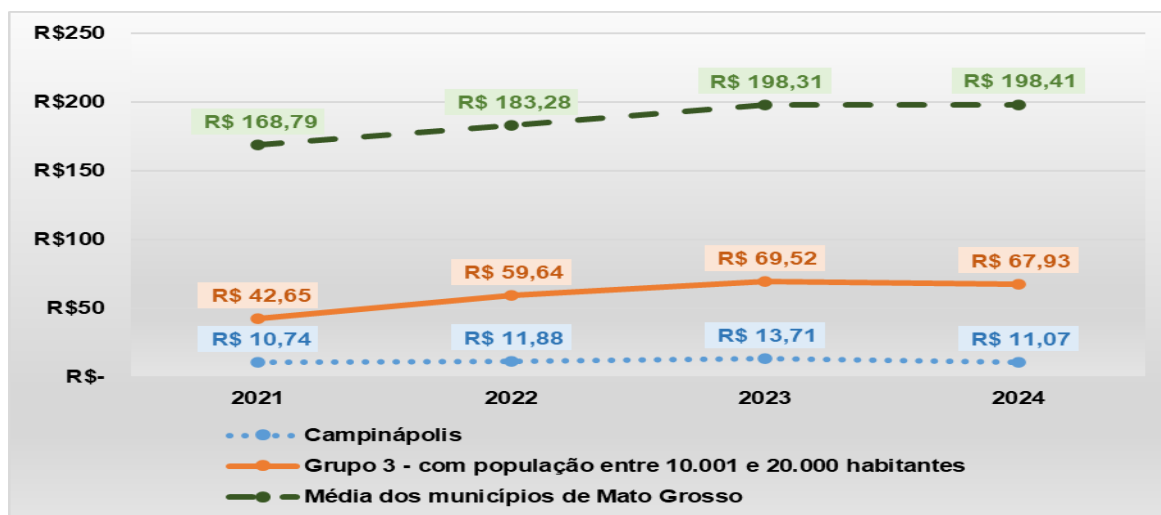
Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025





30. Verifica-se que o **IPTU per capita** no período de 2021 a 2024, apresentou crescimento até 2023, porém ficou abaixo da média do Grupo 3, e inferior à média estadual, como ilustrado no Gráfico 14.

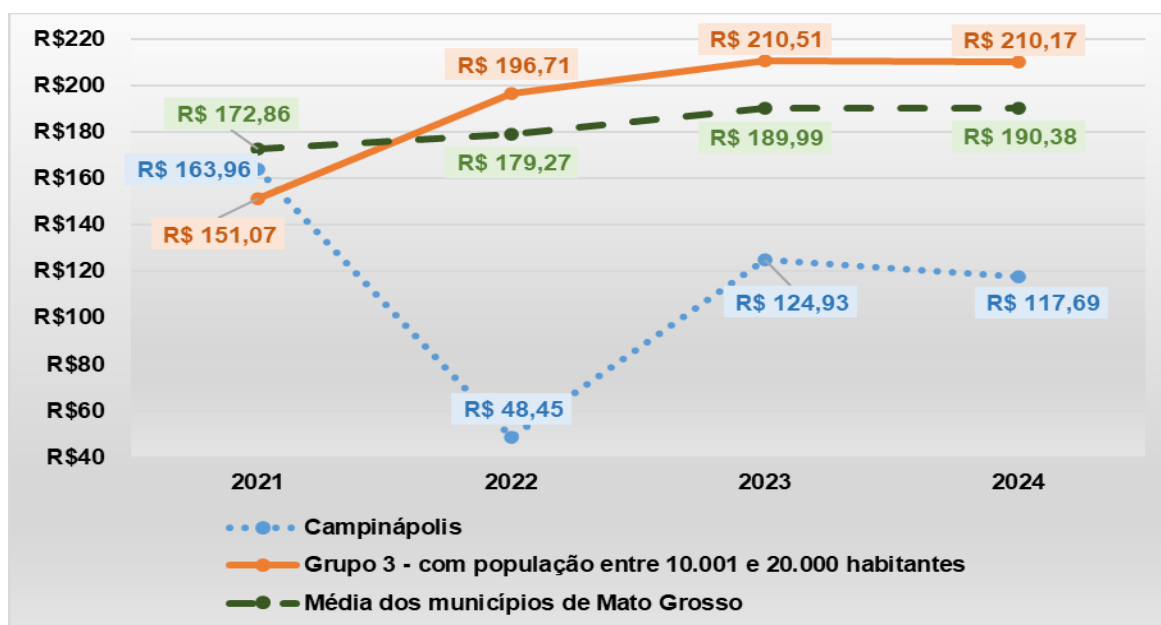
Gráfico 14 – IPTU per capita – 2021 a 2024 – Atualizado pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

31. Quanto ao **ITBI per capita**, no período de 2021 a 2024, verifica-se que o referido tributo apresentou oscilação, tendo ficado abaixo da média do Grupo 3, exceto em 2021, e abaixo da média estadual, em todo o período, de acordo com o Gráfico 15.

Gráfico 15 – ITBI per capita – 2021 a 2024 – Atualizado pelo IPCA



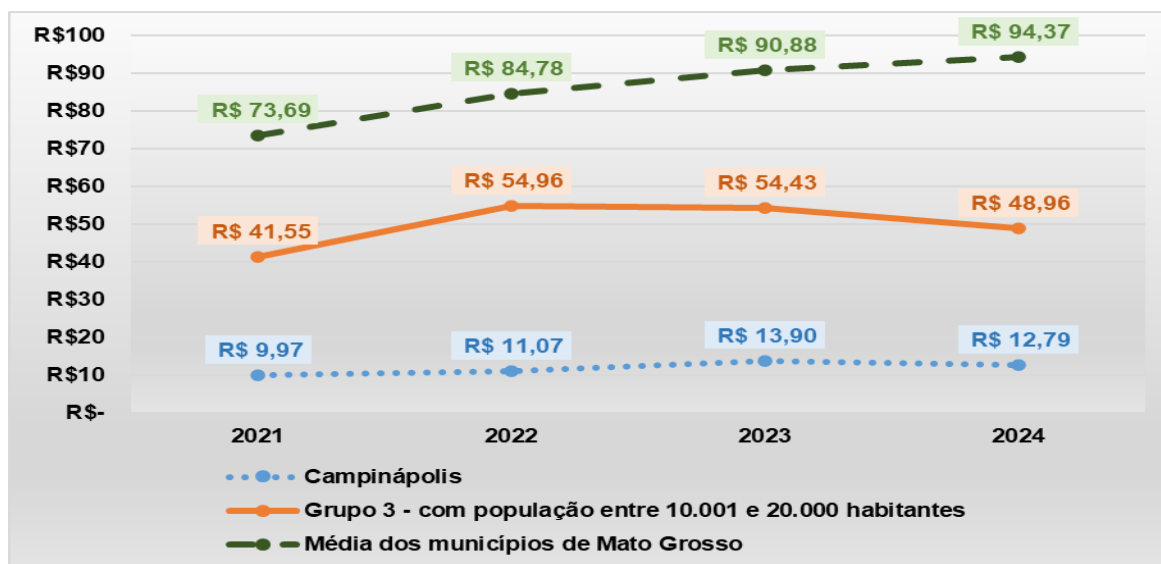
Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025





32. Por fim, as **taxas per capita**, no período de 2021 a 2024, apresentaram redução no último exercício, ficando abaixo das médias do Grupo 3 e da média estadual, em todo o período, de acordo com o Gráfico 16.

Gráfico 16 – Taxas per capita – 2021 a 2024 – Atualizado pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

2.1.1.5. Dependência das Transferências e evolução dos principais Tributos

33. O desempenho das transferências correntes e da arrecadação do ISSQN e ITBI, pelo volume alcançado no período analisado, pode ser observado na Tabela 11.

Tabela 11 – Resultados de Gestão – Receitas 2021 a 2024 – Campinápolis – (R\$ Milhares) – Atualizado pelo IPCA

Exercício	2021	2022	2023	2024
Dependência das Transferências	85,97%	84,20%	83,98%	83,59%
Receita Corrente (excluída deduções)	89.183	98.044	106.150	113.481
Transferências Correntes	76.668	82.549	89.140	94.862
Outras Receitas Correntes	242	51	695	600
ISSQN - Liq. deduções	1.222	1.545	1.399	1.396
Evolução da arrecadação - ISSQN	-	26,39%	-9,48%	-0,22%
IPTU - Liq. deduções	174	182	210	174
Evolução da arrecadação - IPTU	-	4,61%	15,38%	-17,28%
ITBI - Liq. deduções	2.660	744	1.917	1.849
Evolução da arrecadação - ITBI	-	-72,05%	157,85%	-3,55%
Taxas - Liq. deduções	162	170	213	201
Evolução da arrecadação - Taxas	-	4,99%	25,60%	-5,80%

Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025





34. Cabe ressaltar que os quatro principais tributos apresentaram decréscimo na arrecadação em 2024, com destaque para o IPTU e as Taxas, cujas receitas reduziram 17,28% e 5,80%, respectivamente, como se apreende da Tabela 10.

2.1.1.6. Dívida Ativa

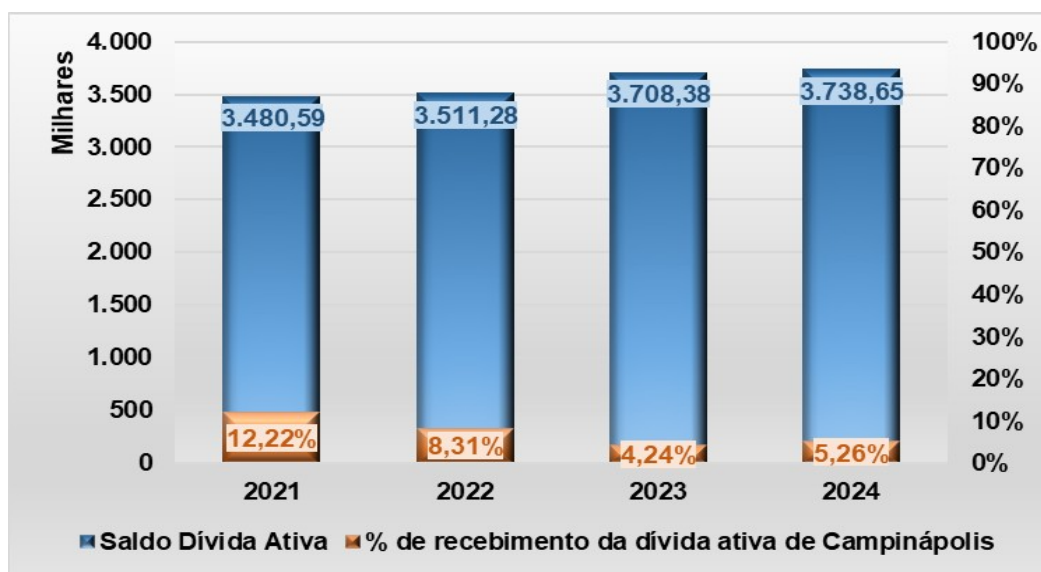
Créditos com que conta o setor público derivados do não pagamento pelos contribuintes de tributos e/ou de créditos públicos assemelhados (multas, juros e encargos) no decorrer do exercício em que foram lançados.

35. O indicador de recebimento da Dívida Ativa demonstra o esforço realizado pelo Poder Público para resgatar direitos em posse de contribuintes que não cumpriram suas obrigações fiscais. Mede, portanto, o montante recebido em relação ao estoque de débitos, fornecendo evidências sobre o desempenho da área de cobrança fiscal.

36. No período de 2021 a 2024, o Município de Campinópolis apresentou desempenho abaixo da média na administração e na execução fiscal da Dívida Ativa, tendo o seu percentual de recebimento de Dívida Ativa oscilado de 4,24% a 12,22%.

37. No exercício de 2024, o percentual alcançado foi de 5,26%, sendo inferior à média dos municípios do Grupo 3, 11,24% e inferior à média estadual, 11,13%.

Gráfico 17 – Saldo da Dívida Ativa x % Recebimento da Dívida Ativa – Atualizado pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025





38. A série histórica do saldo da Dívida Ativa, no período de 2021 a 2024, indica aumento do saldo, conforme se pode observar na Tabela 12:

Tabela 12 – Saldo da Dívida Ativa – 2021 a 2024 – Atualizado pelo IPCA

ESPECIFICAÇÃO	2021	2022	2023	2024
Saldo Dívida Ativa	3.480.588,21	3.511.282,02	3.708.381,14	3.738.646,53
Variação %	-	0,88%	5,61%	0,82%
% de recebimento da dívida ativa de Campinápolis	12,22%	8,31%	4,24%	5,26%
Média de % de recebimento da Dívida ativa dos municípios do Grupo 3 - com população entre 10.001 e 20.000 habitantes	15,32%	12,54%	11,71%	11,24%
Média de % de recebimento da Dívida ativa dos municípios do Estado de MT	13,48%	10,85%	12,48%	11,13%

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais) e Sistema Aplic (anexo 14 consolidado e informes da dívida ativa) – Atualizado em 28/06/2025

2.1.2. Despesas Orçamentárias

Despesa Orçamentária: é o conjunto de despesas realizadas pelos entes públicos para o funcionamento e a manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade

39. O montante do orçamento inicial de Campinápolis foi de R\$ 121.243.000,00. A dotação atualizada atingiu o montante de R\$ 126.279.692,62, representando aumento de 4,15% em relação ao orçamento inicial. As despesas realizadas pelo Município, excluídas as intraorçamentárias, no exercício de 2024, totalizaram R\$ 112.598.418,88, representando redução de 10,83% quando comparada a dotação atualizada, com a distribuição por função e por natureza, conforme indicadas nas Tabelas 13 e 14:





Tabela 13 – Despesa Orçamentária por Função - 2024

DESPESA POR FUNÇÃO	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Despesa Empenhada (c)	% em relação ao total da Despesa Empenhada excluído as intraorçamentárias	% (C/A)
01 - Legislativa	3.200.000,00	3.472.482,84	3.187.373,72	2,83%	99,61%
04 - Administração	10.355.307,91	11.480.073,92	10.215.190,61	9,07%	98,65%
06 - Segurança Pública	180.000,00	120.388,50	110.636,84	0,10%	61,46%
08 - Assistência Social	3.536.567,51	2.696.920,24	2.576.649,75	2,29%	72,86%
09 - Previdência Social	8.099.000,00	8.099.000,00	6.488.945,44	5,76%	80,12%
10 - Saúde	18.901.035,06	27.215.100,21	26.328.078,11	23,38%	139,29%
12 - Educação	40.617.196,69	47.398.676,97	44.168.317,99	39,23%	108,74%
13 - Cultura	820.000,00	2.149.468,49	1.913.400,19	1,70%	233,34%
14 - Direitos da Cidadania	880.000,00	848.621,22	848.256,99	0,75%	96,39%
15 - Urbanismo	16.366.656,86	13.530.023,78	8.081.303,73	7,18%	49,38%
17 - Saneamento	500.000,00	461.653,33	448.984,82	0,40%	89,80%
18 - Gestão Ambiental	175.000,00	225.721,31	222.312,19	0,20%	127,04%
20 - Agricultura	112.104,56	6.798,01	6.798,00	0,01%	6,06%
26 - Transporte	16.574.131,41	7.600.717,96	7.326.084,92	6,51%	44,20%
27 - Desporto e Lazer	525.000,00	464.987,83	367.027,57	0,33%	69,91%
28 - Encargos especiais	201.000,00	309.058,01	309.058,01	0,27%	153,76%
Reserva de Contingência e RPPS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00%	0,00%
Despesas Intraorçamentárias	5.502.000,00	8.853.997,02	8.688.358,47	-	157,91%
Total da Despesa	126.745.000,00	135.133.689,64	121.286.777,35	-	95,69%
Total (excluído as intraorçamentárias)	121.243.000,00	126.279.692,62	112.598.418,88	100,00%	92,87%
% variação	-	4,15%	-10,83%		

Fontes: LOA Sistema Aplic (anexo 13 consolidado e informes das despesas orçamentárias)

Tabela 14 – Despesas Orçamentárias por Natureza – 2024

DESPESA POR NATUREZA	Dotação Inicial (A)	Dotação Atualizada (B)	Despesa Empenhada (C)	% (C/A)
Despesas correntes	92.337.683,19	111.088.944,99	106.428.840,23	115,26%
Pessoal e Encargos Sociais	59.063.364,66	62.051.938,59	59.691.317,83	101,06%
Juros e Encargos da Dívida	1.000,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	33.273.318,53	49.037.006,40	46.737.522,40	140,47%
Despesas de Capital	26.980.316,81	13.765.747,63	6.169.578,65	22,87%
Investimentos	26.780.316,81	13.456.689,62	5.860.520,64	21,88%
Inversão Financeira	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Amortização da Dívida	200.000,00	309.058,01	309.058,01	154,53%
Despesas Intraorçamentárias	5.502.000,00	8.853.997,02	8.688.358,47	157,91%
Reserva de Contingência ou Reserva Legal do RPPS	1.925.000,00	1.425.000,00	0,00	0,00%
Total da Despesa	126.745.000,00	135.133.689,64	121.286.777,35	95,69%
Total das Despesas (excluído as intraorçamentárias)	121.243.000,00	126.279.692,62	112.598.418,88	92,87%

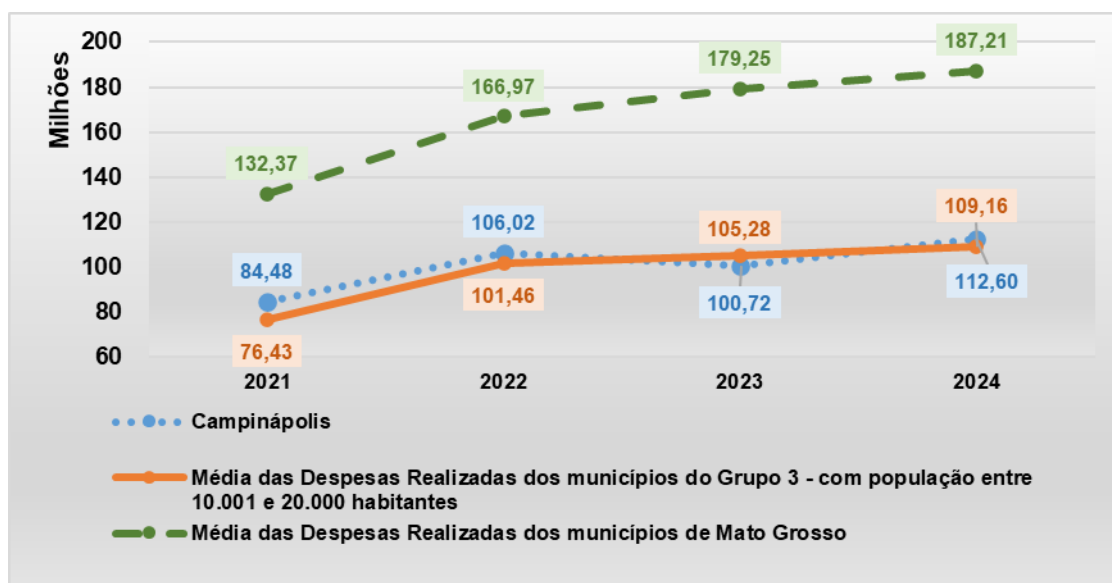
Fontes: LOA Sistema Aplic (anexo 13 consolidado e informes das despesas orçamentárias)





40. A série histórica da Despesa Realizada pelo Município de Campinápolis, no período de 2021 a 2024, indica crescimento, exceto em 2023. Ficando acima da média do Grupo 3, com exceção do penúltimo exercício, e aquém da média estadual, em todo o período, conforme se pode observar no Gráfico 18:

Gráfico 18 – Evolução das Despesas Realizadas – 2021 a 2024 – Atualizado pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

41. A série histórica das despesas orçamentárias do Município, no período de 2021 a 2024, revela crescimento, exceto em 2023, como se observa na Tabela 15:

Tabela 15 – Despesas Orçamentárias por Natureza – 2021 a 2024 – Atualizada pelo IPCA

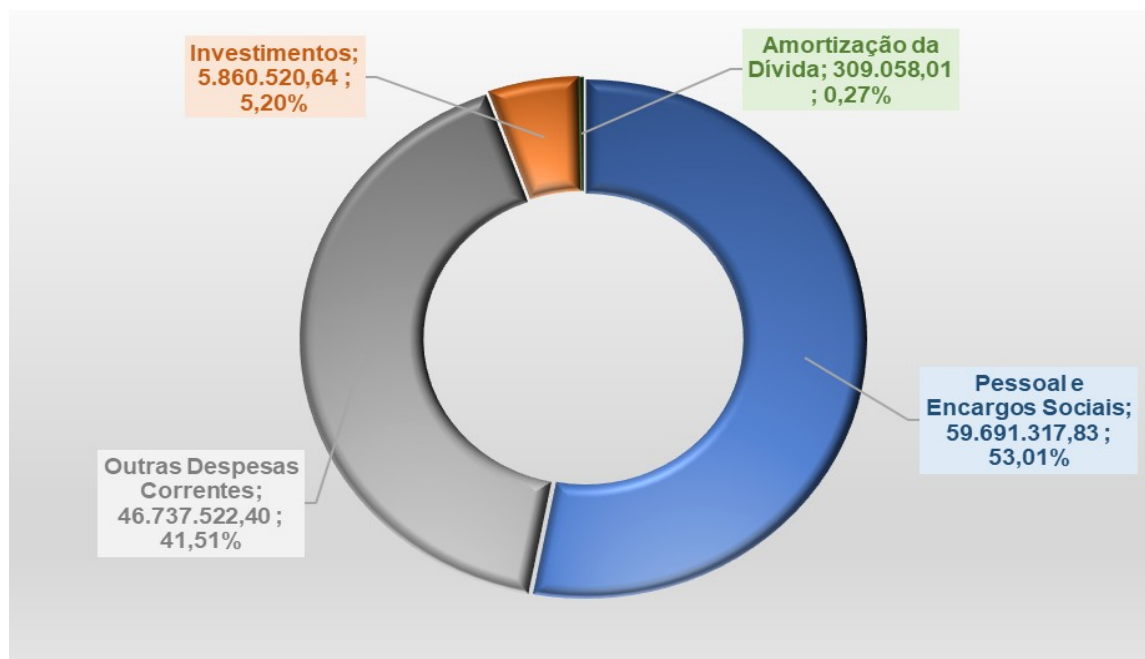
Grupos de Despesas	2021	2022	2023	2024
Despesas Correntes	73.970.158,42	97.996.200,38	93.682.618,20	106.428.840,23
Pessoal e Encargos Sociais	38.907.461,60	52.504.696,91	56.191.613,65	59.691.317,83
Outras Despesas Correntes	35.062.696,82	45.491.503,47	37.491.004,55	46.737.522,40
Despesas de Capital	10.509.326,93	8.022.121,69	7.041.641,60	6.169.578,65
Investimentos	10.375.597,79	7.874.350,36	6.831.251,72	5.860.520,64
Amortização da Dívida	133.729,14	147.771,32	210.389,88	309.058,01
Despesa Intraorçamentária	2.765.210,70	4.010.857,81	5.507.669,48	8.688.358,47
Total da Despesa	87.244.696,05	110.029.179,87	106.231.929,28	121.286.777,35
Total da Despesa (excluído as intraorçamentárias)	84.479.485,35	106.018.322,06	100.724.259,80	112.598.418,88
Variação - %	-	25,50%	-4,99%	11,79%
% de variação médio da Despesa	10,76%			

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais) e Sistema Aplic (anexo 15 consolidado) – Atualizado em 28/06/2025





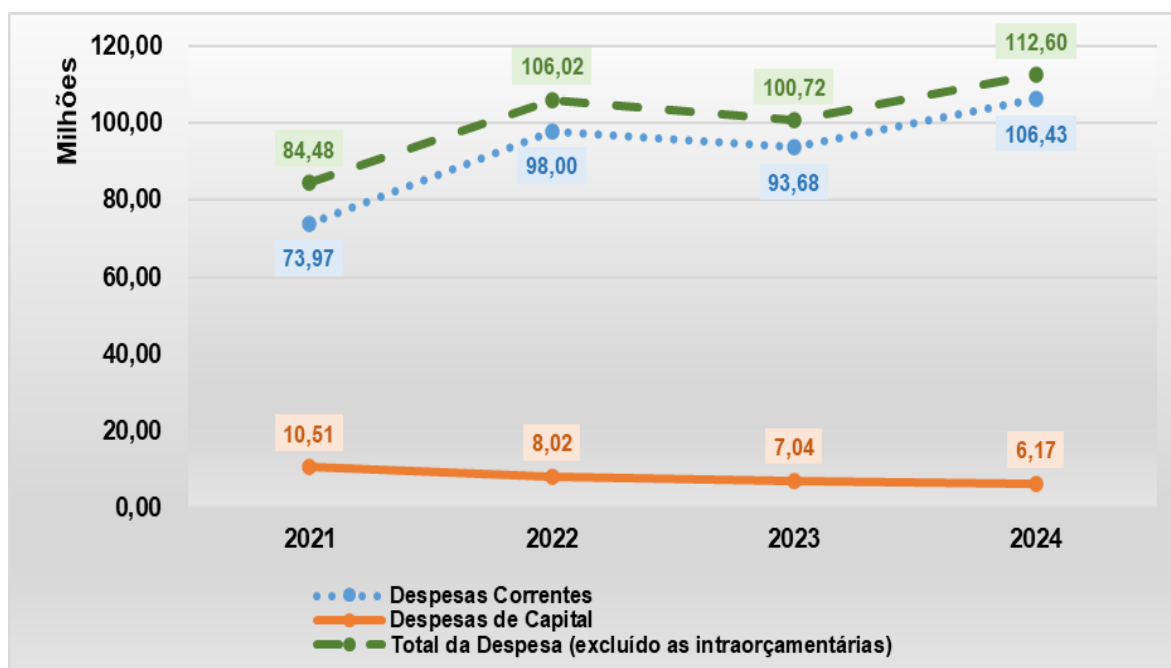
Gráfico 19 – Despesas Realizadas por Natureza – 2024



Fontes: Sistema Aplic – Atualizado em 28/06/2025

42. O Gráfico 19 apresenta a relação das despesas, por natureza, no exercício de 2024. Destaca-se que uma parcela significativa da despesa realizada, de 53,01%, está concentrada em Pessoal e Encargos Sociais.

Gráfico 20 – Histórico das Despesas



Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025





2.1.2.1. Despesas Correntes

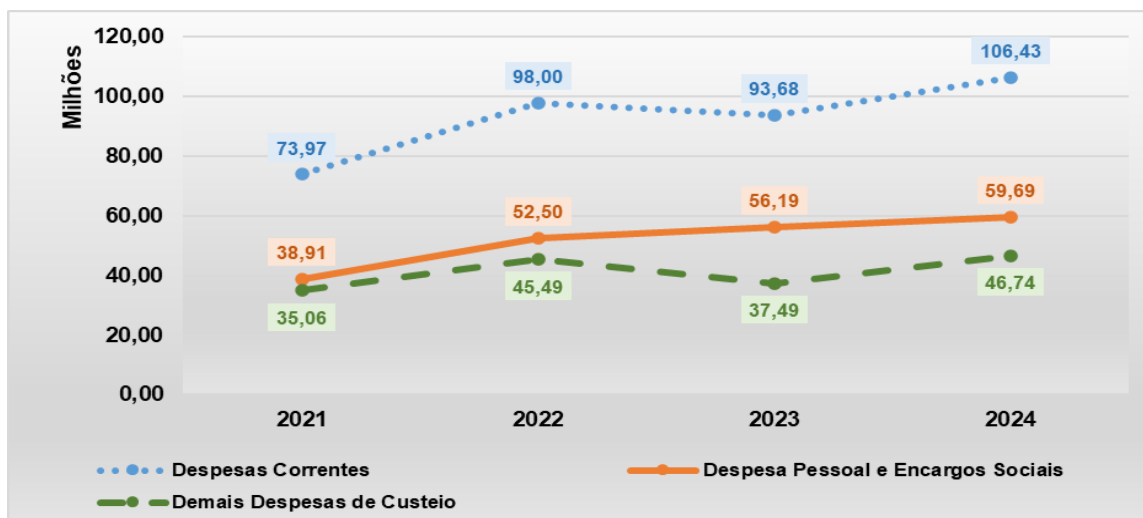
As Despesas Correntes relacionam-se aos gastos de custeio das entidades do setor público com a manutenção de suas atividades, tais como vencimentos e encargos com pessoal, juros da dívida, compra de matérias primas e bens de consumo, e transferências a entes públicos.

43. As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e demais despesas de custeio compõem os principais itens de despesa objeto desta análise. Em relação às Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, os valores estão considerados em sua totalidade, sem as deduções estabelecidas no § 1º, do art. 19, da Lei de Responsabilidade Fiscal, tais como as indenizações de inativos, de servidores ou empregados, de incentivo a demissões voluntárias e outras, permitindo, assim, uma visão mais ampla da gestão. A evolução registrada no período de 2021 a 2024 pode ser assim demonstrada:

- **Despesas Correntes**, crescimento de **43,88%**.
- **Despesas de Pessoal e Encargos**, crescimento de **53,42%**.
- **Demais Despesas de Custeio**, crescimento de **33,3%**.

44. O Gráfico 21 expressa a evolução das Despesas Correntes:

Gráfico 21 – Evolução das Despesas Correntes – Município – 2021 a 2024 –
Atualizada pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

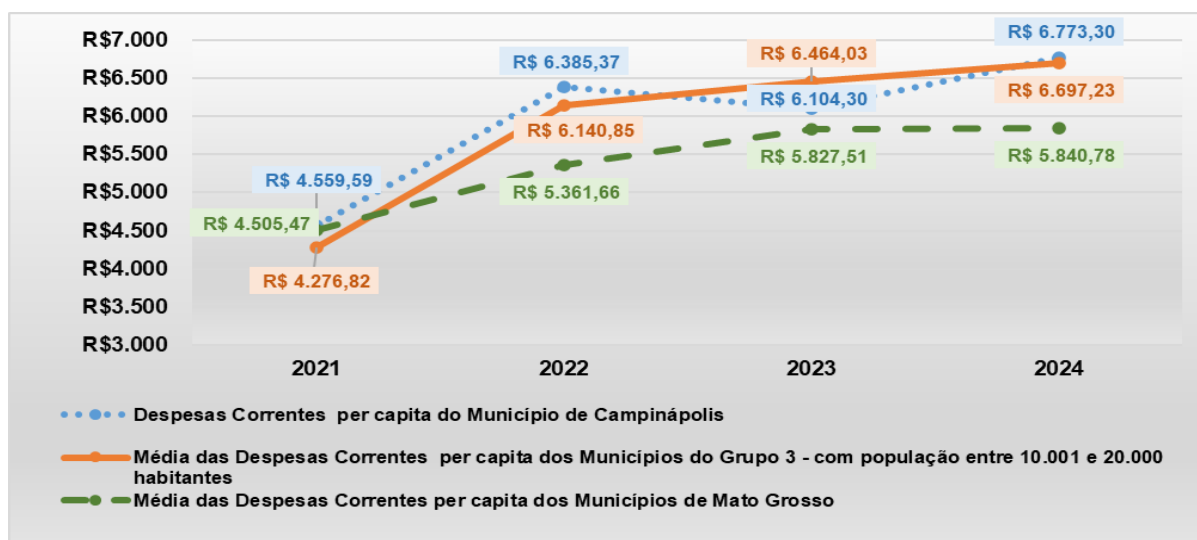
45. O Indicador de Despesa Corrente *per capita* é um dos mecanismos de aferição dos gastos por habitante, Campinópolis, no ano de 2024, gastou R\$ 6.773,30/habitante, tendo gasto mais, por habitante, do que os municípios do Grupo 3, cuja média foi de R\$ 6.697,23, como também ficou acima da média estadual, que teve o valor de R\$ 5.840,78





gastos, por morador.

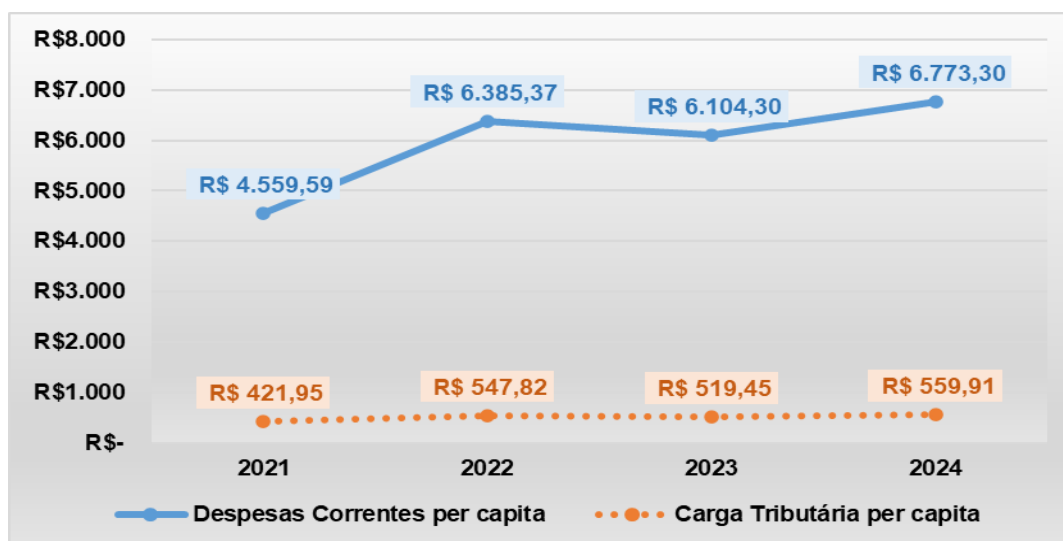
Gráfico 22 – Evolução das Despesas Correntes *per capita* – 2021 a 2024 – Atualizada pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

46. As Despesas Correntes *per capita* aumentaram 48,55%, no período de 2021 a 2024, enquanto a Carga Tributária *per capita* aumentou 32,69%, o que indica piora no resultado da atual gestão da receita, conforme se evidencia no Gráfico 23:

Gráfico 23 – Despesas Correntes *per capita* x Carga Tributária *per capita* – 2021 a 2024 – Atualizada pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

47. Além do planejamento orçamentário, a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe aos gestores públicos a previsão e efetiva arrecadação dos créditos oriundos de tributos,

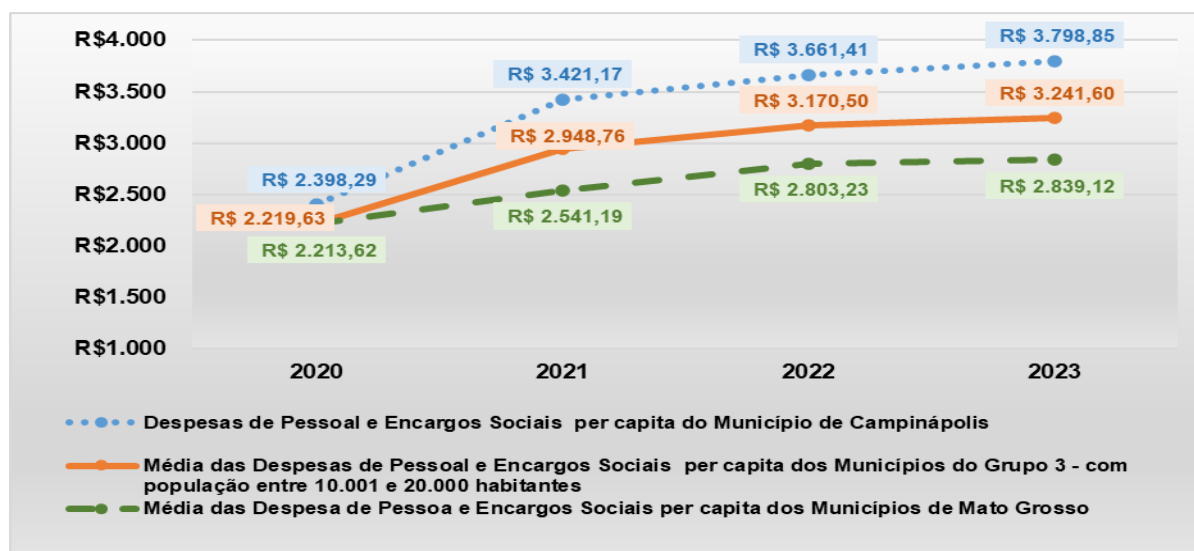




exigindo excelente capacidade de lançamento e cobrança de débitos, de modo a estabelecer justiça fiscal no município. Tal procedimento é fundamental, não apenas para garantir o cumprimento das despesas contratadas, mas, principalmente, para financiar o desenvolvimento econômico e social, com foco na cidadania.

48. Comparada ao número de habitantes do Município, a Despesa de Pessoal *per capita* cresceu cerca de 58,4%, no período de 2021 a 2024. No mesmo período, a média das Despesas de Pessoal *per capita* do Grupo 3 foi de 46,04% e a média geral mato-grossense, de 28,26%.

Gráfico 24 – Evolução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais *per capita* – 2021 a 2024 – Atualizada pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

49. Já a evolução das despesas de pessoal e encargos sociais, entre 2021 e 2024, pode ser melhor compreendida com os desdobramentos apontados na Tabela 16:

Tabela 16 – Despesas 2021 a 2024 – Campinápolis – Atualizada pelo IPCA

Exercício	2021	2022	2023	2024
% das Despesas com Pessoal	43,01%	47,20%	52,04%	52,00%
Despesas Correntes	R\$ 73.970.158,42	R\$ 97.996.200,38	R\$ 93.682.618,20	R\$ 106.428.840,23
Despesas Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 38.907.461,60	R\$ 52.504.696,91	R\$ 56.191.613,65	R\$ 59.691.317,83
Demais Despesas Correntes	R\$ 35.062.696,82	R\$ 45.491.503,47	R\$ 37.491.004,55	R\$ 46.737.522,40
População (IBGE)	16.223	15.347	15.347	15.713
Despesa de Pessoal per capita - R\$ 1,00	R\$ 2.398,29	R\$ 3.421,17	R\$ 3.661,41	R\$ 3.798,85

Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025





2.1.2.1.1. Investimentos

Despesas de capital destinadas ao planejamento e à execução de obras públicas, à realização de programas especiais de trabalho e à aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

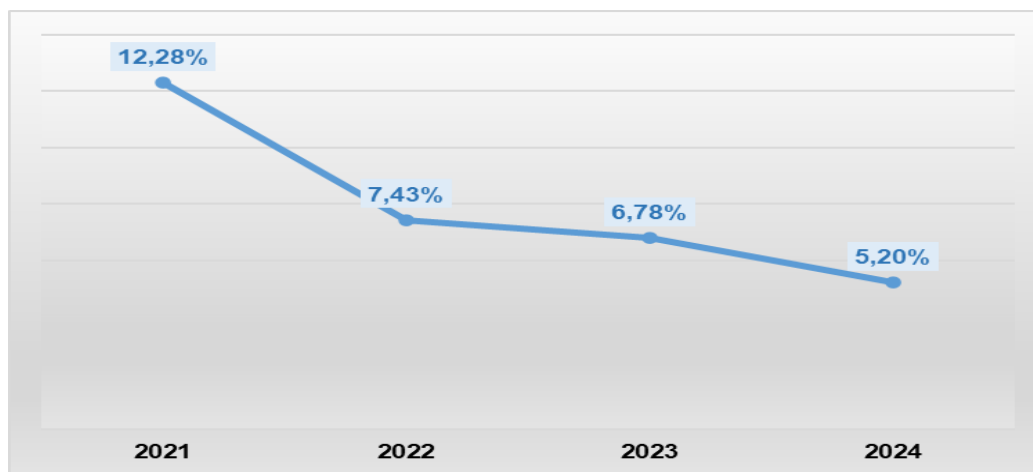
50. A série histórica da despesa com investimento, no período de 2021 a 2024, revela redução no percentual investido, conforme se observa na Tabela 17.

Tabela 17 – Despesa de Investimento em Relação à Despesa Total – Atualizada pelo IPCA

	2021	2022	2023	2024
Investimento – R\$	10.375.597,79	7.874.350,36	6.831.251,72	5.860.520,64
Despesa Total – R\$ (Excluída Intraorçamentária)	84.479.485,35	106.018.322,06	100.724.259,80	112.598.418,88
% de Investimento/Despesa	12,28%	7,43%	6,78%	5,20%
Despesa com investimento per capita - R\$	639,56	513,09	445,12	372,97
% variação Investimento per capita	-	-19,78%	-13,25%	-16,21%
R\$ - Média de Despesa com Investimento per capita dos municípios do Grupo 3 - com população entre 10.001 e 20.000 habitantes	638,17	1.203,47	1.153,66	1.182,24
R\$ - Média de Despesa com Investimento per capita dos municípios de MT	664,59	1.001,26	993,52	964,54

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais) e Sistema Aplic - Atualizado em 28/06/2025

Gráfico 25 – Despesa de investimento x Despesa Total



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

51. As despesas liquidadas com investimento, realizadas pelo Município, no exercício de 2024, totalizaram R\$ 5.859.400,44 com a distribuição por função demonstrada na Tabela 18:





Tabela 18 – Despesas Liquidadas com Investimento

FUNÇÕES	Despesas Liquidadas com Investimento	% (relativo ao total da despesa liquidada com investimento)
12 - Educação	2.778.159,62	47,41%
10 - Saúde	1.269.517,33	21,67%
26 - Transporte	890.580,52	15,20%
15 - Urbanismo	747.866,34	12,76%
08 - Assistência Social	126.033,50	2,15%
04 - Administração	47.042,13	0,80%
09 - Previdência Social	201,00	0,00%
Total	5.859.400,44	100,00%

Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

52. Analisando as fontes de recursos utilizadas para custear as despesas liquidadas com investimento no exercício de 2024, constata-se que, do total investido, 38,39% são da fonte 540 - Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos, conforme apresentado na Tabela 19:

Tabela 19 – Despesas Liquidadas com Investimento por Fonte de Recursos

Código - Fonte de Recurso	Fonte de Recurso	Despesas Liquidadas com Investimento	% (relativo ao total da despesa liquidada com investimento)
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	2.249.509,62	38,39%
756	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta	919.000,00	15,68%
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	876.037,18	14,95%
500	Recursos não Vinculados de Impostos	730.631,38	12,47%
702	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios	473.801,26	8,09%
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	268.650,00	4,58%
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	232.670,00	3,97%
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	108.900,00	1,86%
899	Outros Recursos Vinculados	201,00	0,00%
Total	Total	5.859.400,44	100,00%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

3. Resultados da Execução Orçamentária

53. Comparando a receita estimada com a receita efetivamente arrecadada, verifica-se **insuficiência** de **3,6%** na arrecadação. A despesa autorizada, comparada à despesa realizada, apresenta **economia** orçamentária de **10,83%**, conforme demonstra a Tabela





20:

Tabela 20 – Comparativo entre Orçado e Executado – R\$ (excluídas as intraorçamentárias)

Receita Estimada	121.874.800,00	Despesa Autorizada	126.279.692,62
Receita Arrecadada	117.482.863,88	Despesa Realizada	112.598.418,88
Insuficiência na Arrecadação	-4.391.936,12	Economia Orçamentária	13.681.273,74
% da prevista	-3,60%	% da autorizada	10,83%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

54. Na comparação das receitas arrecadadas com as despesas executadas do Município de Campinópolis, excluídos os valores do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), constata-se déficit no resultado orçamentário equivalente a **0,16%** da receita corrente líquida, considerando os Créditos Adicionais abertos/reabertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme demonstrado na Tabela 21:

Tabela 21 – Resultado Orçamentário

Especificação	Resultado Orçamentário
Receitas Arrecadadas	117.482.863,88
Receita Intraorçamentária	6.774.186,49
(-) Receita RPPS	12.789.741,85
Total da Receita Arrecadada para fins de Resultado Orçamentário (a)	111.467.308,52
Despesas Realizadas	112.598.418,88
Despesa Intraorçamentária	8.688.358,47
(-) Despesa RPPS	6.488.945,44
Total da Despesa Realizada para fins de Resultado Orçamentário (b)	114.797.831,91
Despesas empenhadas decorrentes de créditos adicionais abertos por conta de superávit financeiro (c)	3.154.942,87
Resultado Orçamentário (Superávit / Déficit): d=(a - b + c)	-175.580,52
%Resultado Orçamentário/ RCL	-0,16%
%Resultado Orçamentário/ Receita Arrecadada	-0,15%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

55. Com relação a execução orçamentária por fonte de recursos, constata-se déficit orçamentário nas fontes 500, 540, 552, 553, 600, 604, 661, 700, 701, 715, 716 e 759, no montante de R\$ 7.671.042,89, conforme tabela a seguir:





Tabela 22 - Execução Orçamentária por Fonte de Recursos Deficitárias

Fonte/Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada(b)	Resultado Execução Orcamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <= 0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >= 0; (c); (c + f)	Saldo Superávit/Déficit Financeiro do Exercício (h)
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	52.857.430,71	57.174.693,37	-4.317.262,66	882.007,23	766.967,25	766.967,25	-3.550.295,41	-1.499.098,87
540 - Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	37.485.480,26	38.999.048,76	-1.513.568,50	1.031.846,16	1.024.045,10	1.024.045,10	-489.523,40	37,27
552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	639.126,35	763.506,40	-124.380,05	1.286,77	0,00	0,00	-124.380,05	78,43
553 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	72.351,70	80.959,53	-8.607,83	23.053,98	0,00	0,00	-8.607,83	0,00
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.905.823,30	5.790.043,29	-1.884.219,99	266.321,90	0,00	0,00	-1.884.219,99	-502.372,66
604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	1.081.592,00	1.764.260,29	-682.668,29	0,00	0,00	0,00	-682.668,29	26.669,19
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	100.884,37	110.941,32	-10.056,95	14.390,12	0,00	0,00	-10.056,95	66.040,80
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	551.280,56	882.563,59	-331.283,03	263.061,60	0,00	0,00	-331.283,03	0,00
701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	1.002.900,00	1.299.074,34	-296.174,34	3.299.191,76	0,00	0,00	-296.174,34	3.183.351,50
715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	3.963,62	121.658,30	-117.694,68	114.959,29	114.959,29	114.959,29	-2.735,39	890,96
716 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	1.244,69	49.282,13	-48.037,44	44.388,90	44.388,90	44.388,90	-3.648,54	0,00
759 - Recursos Vinculados a Fundos	2.156.086,73	2.443.536,40	-287.449,67	0,02	0,00	0,00	-287.449,67	-206.430,29
Soma	99.858.164,29	109.479.567,72	-9.621.403,43	5.940.507,73	1.950.360,54	1.950.360,54	-7.671.042,89	1.069.166,33

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais

56. Ao analisar o histórico da execução orçamentária do Município, entre 2021 e 2024, não considerando os atenuantes da RN 43/2013, verifica-se déficit no resultado orçamentário, em 2022 e 2024, conforme demonstrado na Tabela 23:



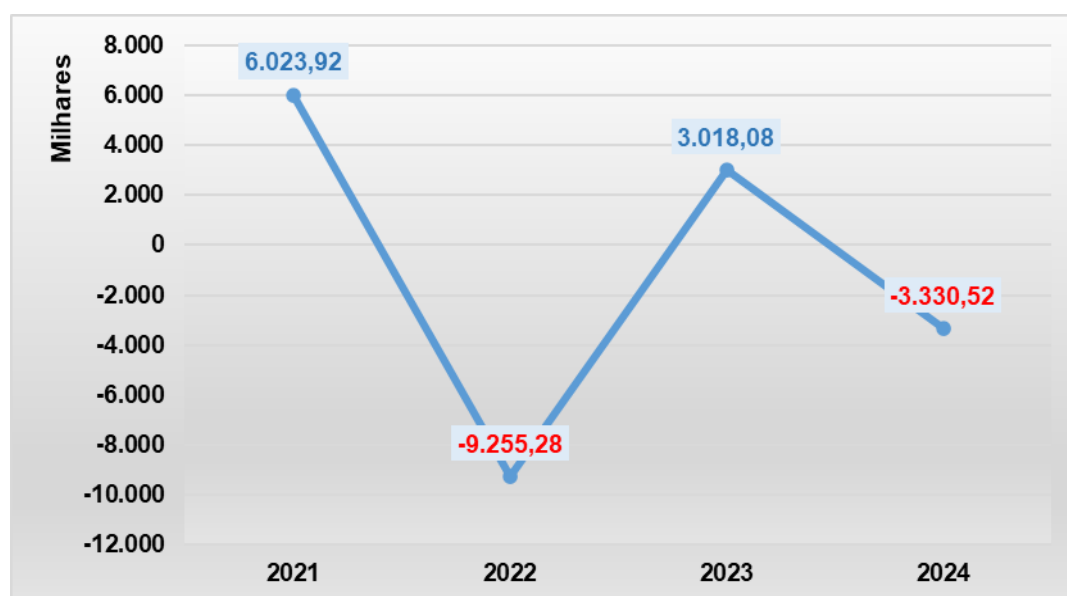


Tabela 23 – Histórico da Execução Orçamentária – R\$ – Atualizada pelo IPCA

Descrição	2021	2022	2023	2024
(a) Receita Arrecadada Consolidadas	95.587.831,64	104.024.919,10	114.537.401,87	124.257.050,37
(b) Receita RPPS (-)	5.428.134,86	7.108.025,22	10.432.631,26	12.789.741,85
(c= a-b) Total das Receitas Arrecadadas Ajustadas	90.159.696,78	96.916.893,87	104.104.770,61	111.467.308,52
(d) Despesas Realizadas Consolidadas	87.244.696,05	110.029.179,87	106.231.929,28	121.286.777,35
(e) Despesa RPPS (-)	3.108.917,18	3.857.002,54	5.145.235,70	6.488.945,44
(f= d-e) Total das Despesas Realizadas Ajustadas	84.135.778,87	106.172.177,33	101.086.693,58	114.797.831,91
(g= c-f) Resultado Orçamentário	6.023.917,92	-9.255.283,45	3.018.077,03	-3.330.523,39

Fonte: Site TCE(Contas Anuais) e Sistema Aplic (anexo 13 consolidado) – Atualizado em 28/06/2025

Gráfico 26 – Resultado Orçamentário – Atualizado pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

4. Resultado Financeiro (Balanço Patrimonial)

Determina a relação, no curto prazo, entre o montante de recursos disponíveis e o quanto a administração deve pagar. Por curto prazo, entende-se o período menor que um ano calendário.

57. Ao confrontar as disponibilidades com as obrigações financeiras, em 2024, constata-se que o Poder Executivo apresentou suficiência financeira para saldar os compromissos de curto prazo, correspondentes a **137,81%** sobre o total das obrigações; ou seja, dispõe de **R\$ 1,38** para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo. No resultado consolidado – que abrange as administrações Direta e Indireta, a gestão municipal





apresentou disponibilidade financeira de **712,54%**, em relação às obrigações, conforme demonstra a Tabela 24:

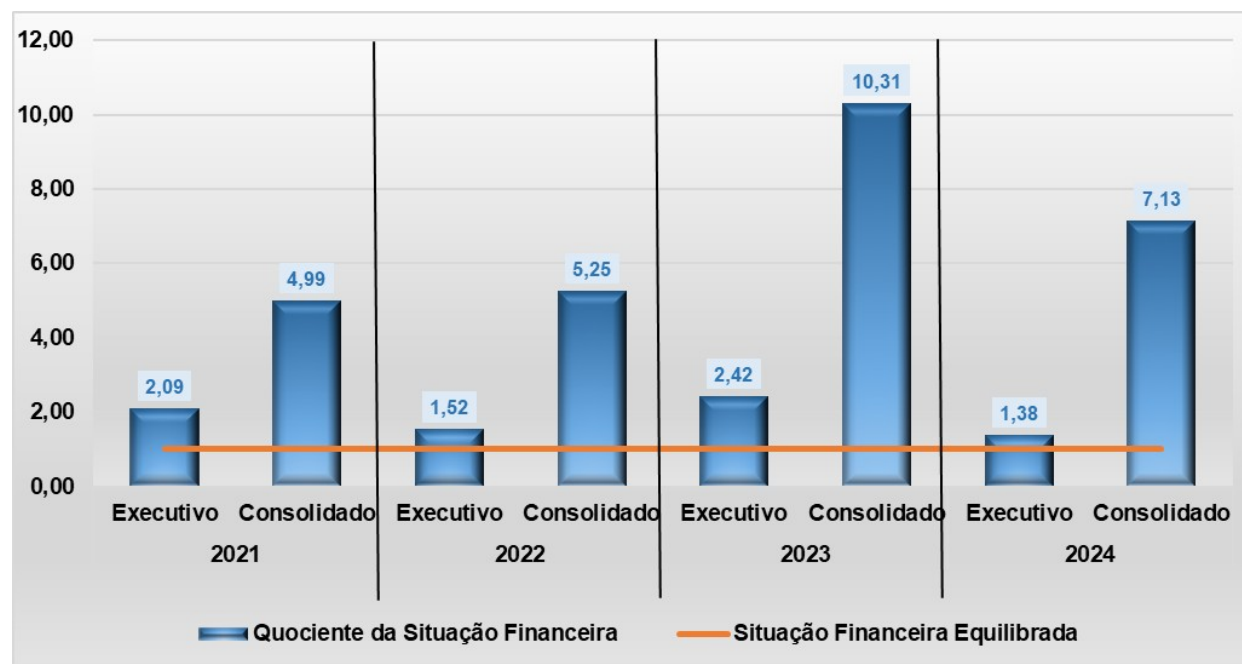
Tabela 24 – Resultado Financeiro

ESPECIFICAÇÃO	CONSOLIDADO	CÂMARA + RPPS	PREFEITURA
Ativo Financeiro - R\$	66.649.098,35	53.802.821,93	12.846.276,42
Passivo Financeiro - R\$	9.353.757,54	32.103,28	9.321.654,26
Resultado Financeiro (Superávit / Déficit)	57.295.340,81	53.770.718,65	3.524.622,16
Quociente da Situação Financeira	7,13	1.675,93	1,38
% da Disponibilidade Financeira em relação às obrigações	712,54%	167592,91%	137,81%
% Resultado Financeiro / RCL	53,32%	50,04%	3,28%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

58. A série histórica do quociente da situação financeira, no período de 2021 a 2024, indica que o Poder Executivo apresentou capacidade financeira suficiente, para honrar seus compromissos de pagamentos imediatos, quando incluídos os restos a pagar não processados, conforme se observa no Gráfico 27:

Gráfico 27 – Quociente da Situação Financeira – Município – 2021 a 2024



Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025





5. Dívida Pública

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN)⁵ define a dívida pública como sendo os Compromissos de entidade pública decorrentes de operações de créditos, com o objetivo de atender as necessidades dos serviços públicos, em virtude de orçamentos deficitários, caso em que o governo emite promissórias, bônus rotativos, etc., a curto prazo, ou para a realização de empreendimentos de vulto, em que se justifica a emissão de empréstimo a longo prazo, por meio de obrigações e apólices. Os empréstimos que caracterizam a dívida pública são de curto ou longo prazo. A dívida pública pode ser proveniente de outras fontes, tais como: depósitos (fianças, cauções, cofre de órgãos, etc.), e de resíduos passivos (restos a pagar). A dívida pública classifica-se em consolidada ou fundada (interna ou externa) e fluante ou não consolidada.

59. A Dívida Pública do Município, em 31/12/2024, totalizava R\$ 6.549.392,43, constituindo-se de dívidas fluante e fundada, como está demonstrado na Tabela 25:

Tabela 25 – Dívida Pública

Títulos	Saldo Final 2023	Movimentação no Exercício				Saldo final 2024
		Inscrição/Atualização	RP não Processado Liquidados e não Pagos	Pagamento	Cancelamento	
DÍVIDA FLUTUANTE	5.966.623,07	18.858.765,64	0,00	18.521.335,67	506.590,60	5.797.462,44
Restos a Pagar – Não Processado	987.771,11	132.543,81	-3.527,32	731.126,35	253.117,44	132.543,81
Restos a Pagar – Processado	3.187.455,28	3.305.071,94	3.527,32	2.050.299,78	253.473,16	4.192.281,60
Depósitos e consignações	1.791.396,68	15.421.149,89	0,00	15.739.909,54	0,00	1.472.637,03
DÍVIDA FUNDADA INTERNA	751.929,99	1.805.432,93	0,00	296.091,63	1.509.341,30	751.929,99
Parcelamento PREV-CAMP LEI 1180/2017	739.969,70	0,00	0,00	0,00	0,00	739.969,70
Parcelamento Receita Federal	11.960,29	0,00	0,00	0,00	0,00	11.960,29
Parcelamento Receita 2024	0,00	129.725,80	0,00	129.725,80	0,00	0,00
Parcelamento PREV 2024	0,00	1.675.707,13	0,00	166.365,83	1.509.341,30	0,00
TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA	6.718.553,06	20.664.198,57	0,00	18.817.427,30	2.015.931,90	6.549.392,43

Fontes: Sistema Aplic (prestação de contas), restos a pagar – Atualizado em 28/06/2025

60. A série histórica do saldo da Dívida Pública, no período de 2021 a 2024, demonstra redução, conforme se observa na Tabela 26:

Tabela 26 – Saldo da Dívida Pública – 2021 a 2024 – Atualizada pelo IPCA

ESPECIFICAÇÃO	2021	2022	2023	2024
Saldo da Dívida Pública	14.047.088,78	11.993.625,65	7.043.146,23	6.549.392,43
Variação %	-	-14,62%	-41,28%	-7,01%

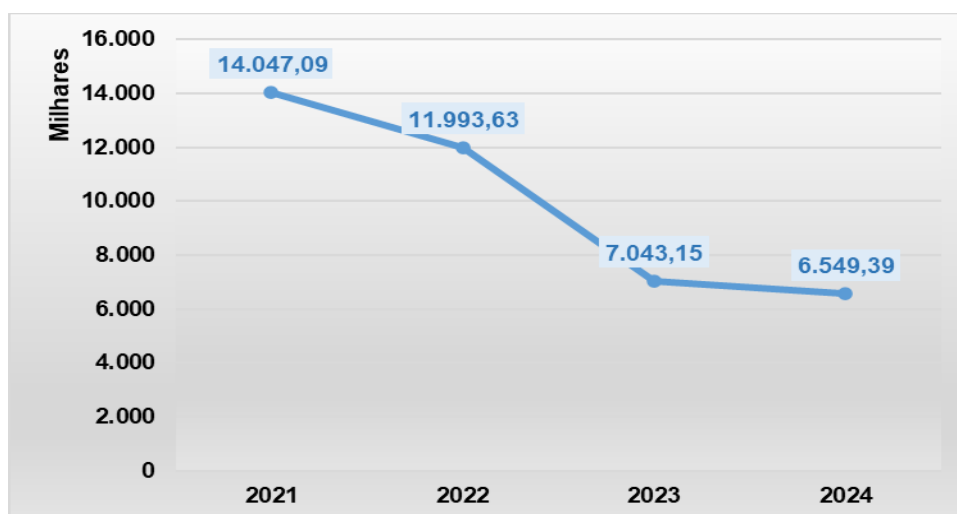
Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

⁵ http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_d.asp





Gráfico 28 – Saldo da Dívida Pública – Atualizada pelo IPCA

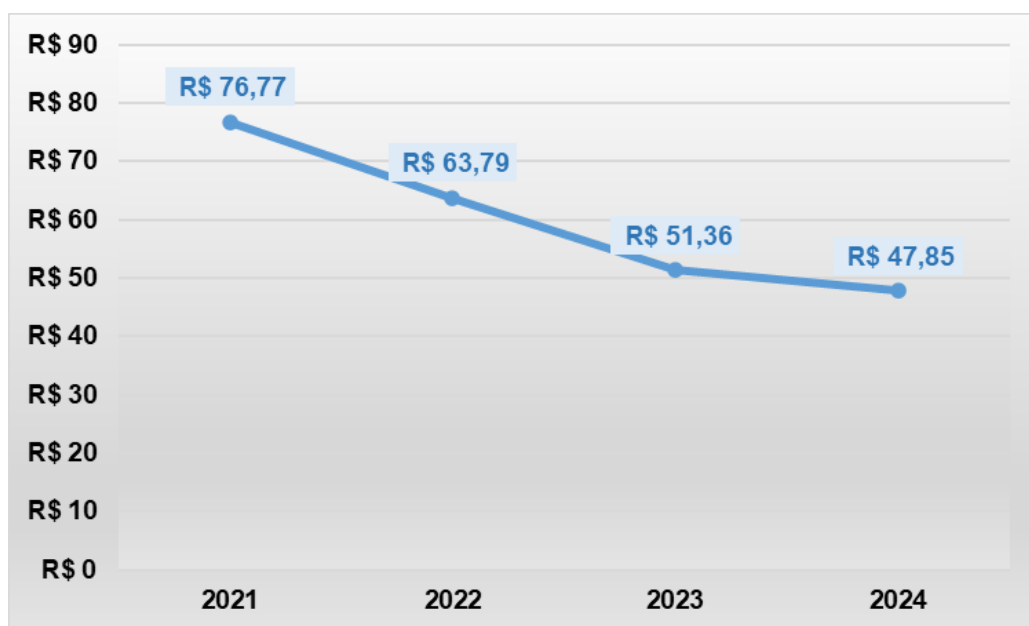


Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

5.1. Dívida Fundada *per capita*

61. No período de 2021 a 2024, a Dívida Fundada *per capita* de Campinópolis apresentou redução, atingindo o maior montante no exercício de 2021, tendo apresentado decréscimo na ordem de 37,66%, nesse período.

Gráfico 29 – Índice de Dívida Fundada *per capita* em Reais – Município – 2021 a 2024 – Atualizada pelo IPCA



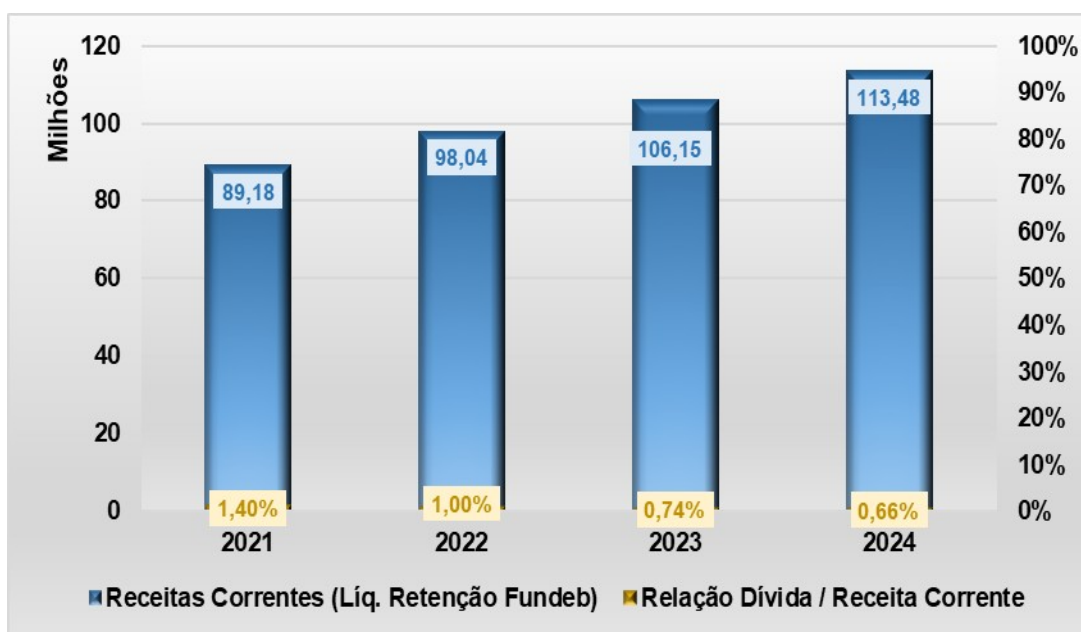
Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025





62. Ao estudar a relação Estoque da Dívida Pública/Receita Corrente, verifica-se aumento no período de 2021 a 2024. Esse índice apresentou o menor percentual no exercício de 2024, de 0,66%, e o maior em 2021, 1,4%.

Gráfico 30 – Relação Dívida Fundada / Receita Corrente – Atualizada pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic – Atualizado em 28/06/2025

6. Limites Constitucionais e legais

6.1. Educação

6.1.1. Aplicação na Educação (art. 212, da C.F.)

63. A Administração Municipal aplicou, durante o exercício de 2024, o montante de **R\$ 14.451.482,63** na **Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**, correspondentes a **24,74%** do total da receita proveniente de impostos municipais e das transferências, estadual e federal.

64. A base de cálculo para obtenção dos percentuais constitucionais destinados à Educação teve a seguinte formação discriminada nas Tabelas 27 e 28:





Tabela 27 – Receitas com Percentual Vinculado à Educação

	Valor
Receita Tributária	8.552.819,23
IRRF	4.989.439,02
IPTU	313.520,68
ITBI	1.849.228,39
ISSQN	1.400.631,14
Transferências Correntes	49.856.513,57
Cota-Parte FPM - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	21.463.524,42
Cota-Parte FPM - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d, e, f	2.215.792,96
Cota Parte ICMS	22.025.270,35
Cota-Parte IPI Exportação (LC 61/89)	162.774,02
Cota-Parte ITR	2.501.991,59
Cota Parte IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	1.487.160,23
Base de Cálculo	58.409.332,80
Valor Mínimo (25%) (Art. 212 , CF)	14.602.333,20
TOTAL APLICADO EM 2024 (R\$)	14.451.482,63
TOTAL APLICADO EM 2024 (%)	24,74%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

Tabela 28 – Despesas Realizadas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Despesas	Valor
(+) Despesas com MDE custeadas com receita de impostos- Exceto FUNDEB	4.956.158,51
(+) Valor retido referente ao FUNDEB.	9.495.587,45
(-) Restos a pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos	-263,33
(=) Total de recursos aplicados no Ensino provenientes de impostos	14.451.482,63
Total da Receita Base	58.409.332,80
Percentual sobre a Receita Base (k)	24,74%
Situação (L)	Irregular

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

65. A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no período de 2021 a 2024, indica que a Administração Municipal de Campinápolis vem cumprindo a exigência constitucional, exceto em 2021 e 2024, como se pode observar na Tabela 29:



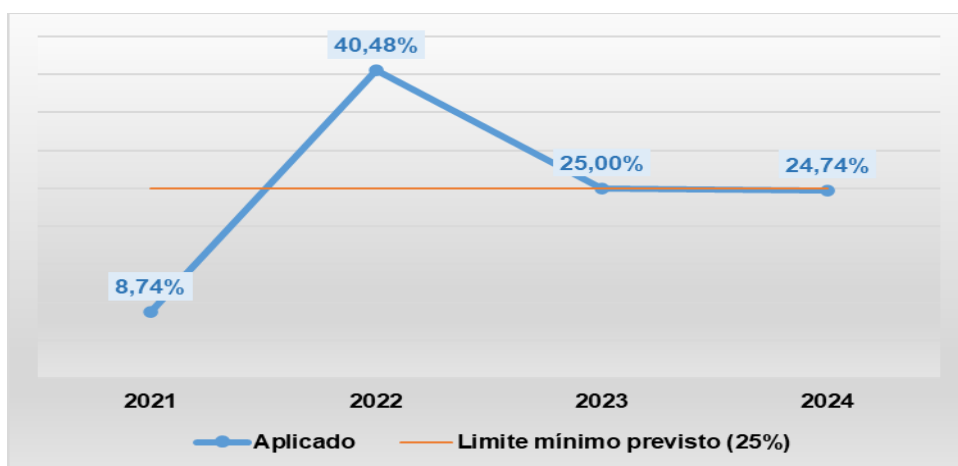


Tabela 29 – Aplicação na Educação (art. 212 CF) – 2021 a 2024

Ano	2021	2022	2023	2024
Valor Mínimo Fixado	25,00%			
Aplicado	8,74%	40,48%	25,00%	24,74%

Fonte: Sistema Aplic. e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

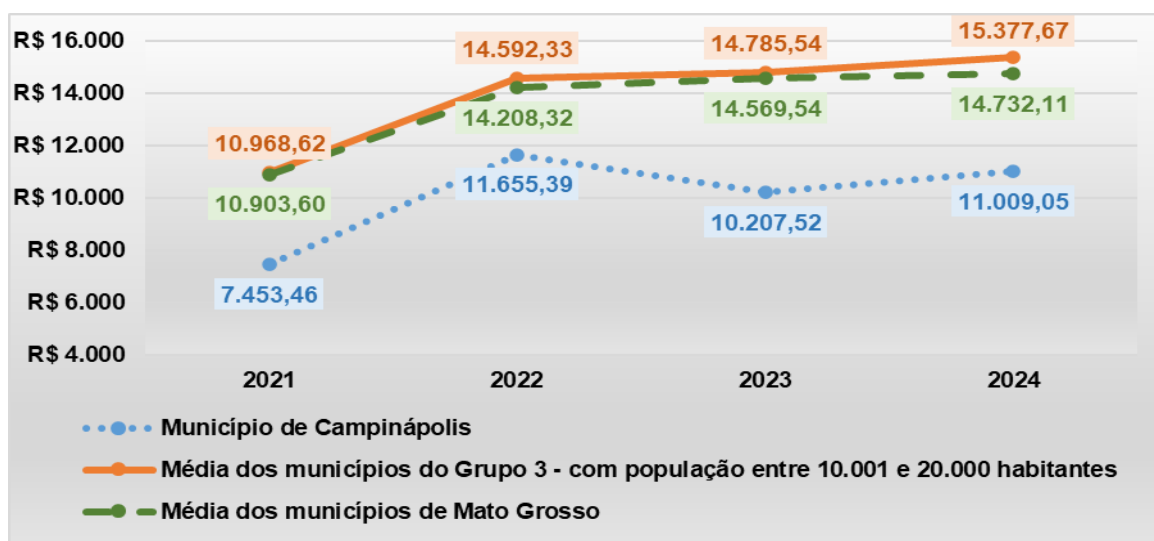
Gráfico 31 – % Aplicado na Educação



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

66. O gráfico 32 demonstra o investimento em educação, por aluno, feito pelo Município de Campinópolis, nos anos de 2021 a 2024. No período, o município manteve-se abaixo da média dos municípios do Grupo 3, e abaixo da média dos municípios de Mato Grosso.

Gráfico 32 – Investimentos em Educação por Aluno – 2021 a 2024 – Atualizado pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025





67. Quanto à origem de financiamento das despesas realizadas na manutenção e desenvolvimento do ensino durante o exercício de 2024, verifica-se que, do total, 80,09% foram custeadas com recursos da fonte 540 - Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos, conforme demonstrado na Tabela 30:

Tabela 30 – Despesas Realizadas com Educação por Fonte de Recursos

Código - Fonte de Recurso	Fonte de Recurso	Despesas Empenhadas com Educação (função 12)	% (relativo ao total da despesa liquidada com investimento)
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	38.999.048,76	80,09%
500	Recursos não Vinculados de Impostos	5.613.563,99	11,53%
550	Transferência do Salário Educação	2.284.148,97	4,69%
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	763.506,40	1,57%
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	579.980,34	1,19%
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	260.000,00	0,53%
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	80.959,53	0,17%
576	Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	68.173,50	0,14%
759	Recursos Vinculados a Fundos	42.756,52	0,09%
	Total	48.692.138,01	100,00%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

6.1.2. Contribuição e Receitas na Educação Básica

68. A contribuição para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB alcançou o montante de **R\$ 9.495.587,45**. A receita proveniente do Fundo totalizou **R\$ 37.354.568,51**, nos termos da Lei n.º 11.494/2007.

Tabela 31 – Contribuição e Receitas do FUNDEB

DESCRIÇÃO	BALANÇO (R\$)
Receita do FUNDEB	37.354.568,51
Retenção - FUNDEB	9.495.587,45
Diferença	27.858.981,06

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais)





6.1.3. Recursos do FUNDEB gastos com Remuneração dos Profissionais da Educação

69. Dos recursos recebidos em razão do FUNDEB, **77,8%** foram utilizados na remuneração dos profissionais/professores da rede pública de ensino.

Tabela 32 – Cálculo do Limite Constitucional da Remuneração dos Profissionais do Magistério

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
A) Valor da receita do FUNDEB + Complementação União VAAR	39.959.548,67
B) Rendimento Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00
(C) Gasto com remuneração e valorização dos profissionais do magistério ensinos infantil e fundamental	31.091.866,28
(D) % da aplicação s/ a receita do FUNDEB (C/(A+B))	77,80%
Percentual aplicado (acima ou abaixo) do limite	7,80%

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais)

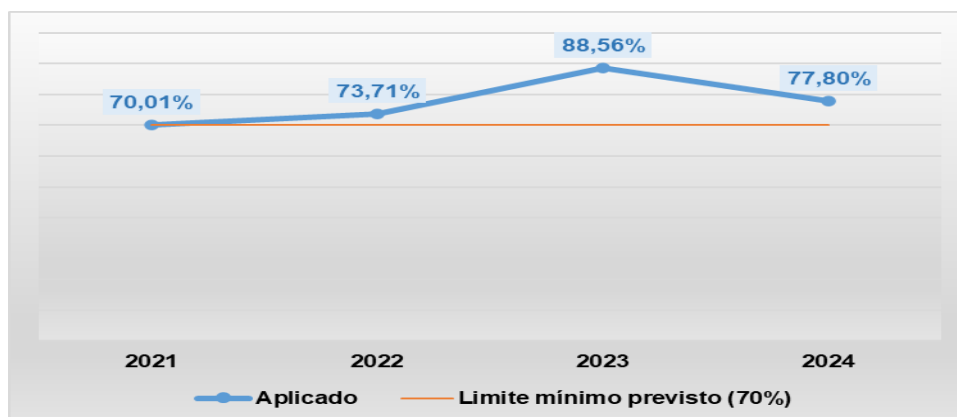
70. Ao pesquisar a série histórica da remuneração dos profissionais do Magistério, no período de 2021 a 2024, é possível concluir que o Município investiu em percentual superior ao estabelecido em lei na remuneração dos educadores, está ilustrado na Tabela 33:

Tabela 33 – Remuneração dos Profissionais do Magistério (%) – 2021 a 2024

Ano	2021	2022	2023	2024
Valor mínimo fixado	70,00%			
Aplicado	70,01%	73,71%	88,56%	77,80%

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais)

Gráfico 33 – % Aplicado na Remuneração do Magistério



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025





6.2. Saúde

71. Campinápolis aplicou em Ações e Serviços Públicos de Saúde, em 2024, o montante de **R\$ 18.876.331,17**, correspondentes a **33,59%** do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os art. 158 e 159, inciso I, alínea “b”, e § 3º, todos da Constituição da República.

Tabela 34 – Receitas com Percentual Vinculado à Saúde

	Valor
Receita Tributária	8.552.819,23
IRRF	4.989.439,02
IPTU	313.520,68
ITBI	1.849.228,39
ISSQN	1.400.631,14
Transferências Correntes	47.640.720,61
Cota-Parte FPM - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	21.463.524,42
Cota Parte ICMS	22.025.270,35
Cota-Parte IPI Exportação (LC 61/89)	162.774,02
Cota-Parte ITR	2.501.991,59
Cota Parte IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	1.487.160,23
Base de Cálculo	56.193.539,84
Valor Mínimo (15%)	8.429.030,98
TOTAL APLICADO EM 2024 (R\$)	18.876.331,17
TOTAL APLICADO EM 2024 (%)	33,59%
Estimativa de População do Município - IBGE – 2024	15.713
Despesa com Saúde (por habitante)	1201,32

Fontes: IBGE e Site TCE MT(Contas Anuais)

Tabela 35 – Despesas Realizadas com a Saúde – R\$

DESPESAS	Valor
(+) Total das Despesa com ASPS	18.876.755,02
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira	-423,85
(=) Total de despesas realizadas em ações e serviços públicos de saúde	18.876.331,17
Percentual Aplicado	33,59%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

72. Os gastos com ações e serviços públicos de saúde, no período de 2021 a 2024, atenderam à exigência constitucional e superaram o percentual de aplicação obrigatória, conforme demonstrado na Tabela 36:



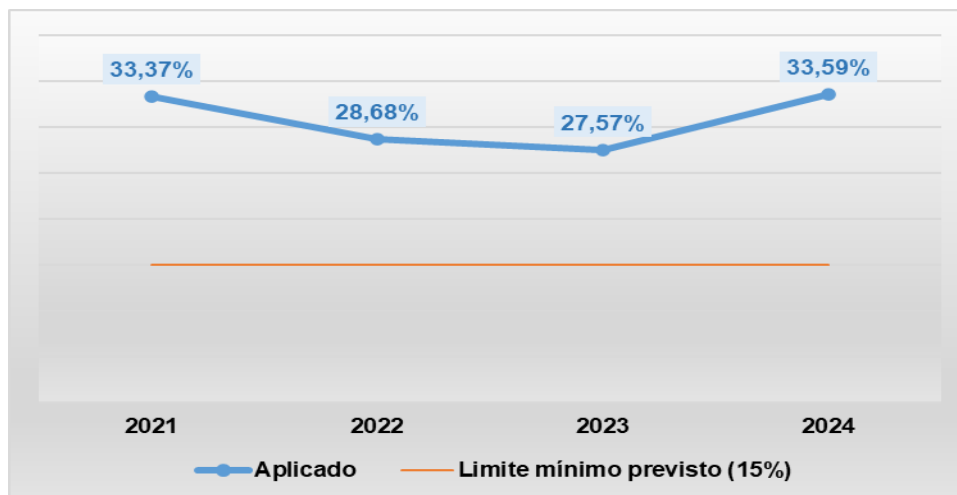


Tabela 36 – Gastos com Saúde (%) – 2021 a 2024

Ano	2021	2022	2023	2024
Valor mínimo fixado	15,00%			
Aplicado	33,37%	28,68%	27,57%	33,59%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

Gráfico 34 – % Aplicado na Saúde



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

73. Com relação à fonte de financiamento dos gastos com ações e serviços públicos de saúde, no exercício de 2024, verifica-se que do total das despesas com saúde do município, 69,7% foram custeadas com recursos da fonte 500 - Recursos não Vinculados de Impostos, conforme demonstrado na Tabela 37:

Tabela 37 – Despesas Realizadas com Saúde por Fonte de Recursos

Código - Fonte de Recurso	Fonte de Recurso	Despesas Empenhadas com Saúde (função 10)	% (relativo ao total da despesa liquidada com investimento)
500	Recursos não Vinculados de Impostos	20.098.380,10	69,70%
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.790.043,29	20,08%
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	1.764.260,29	6,12%
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	659.000,00	2,29%
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	523.109,80	1,81%
	Total	28.834.793,48	100,00%

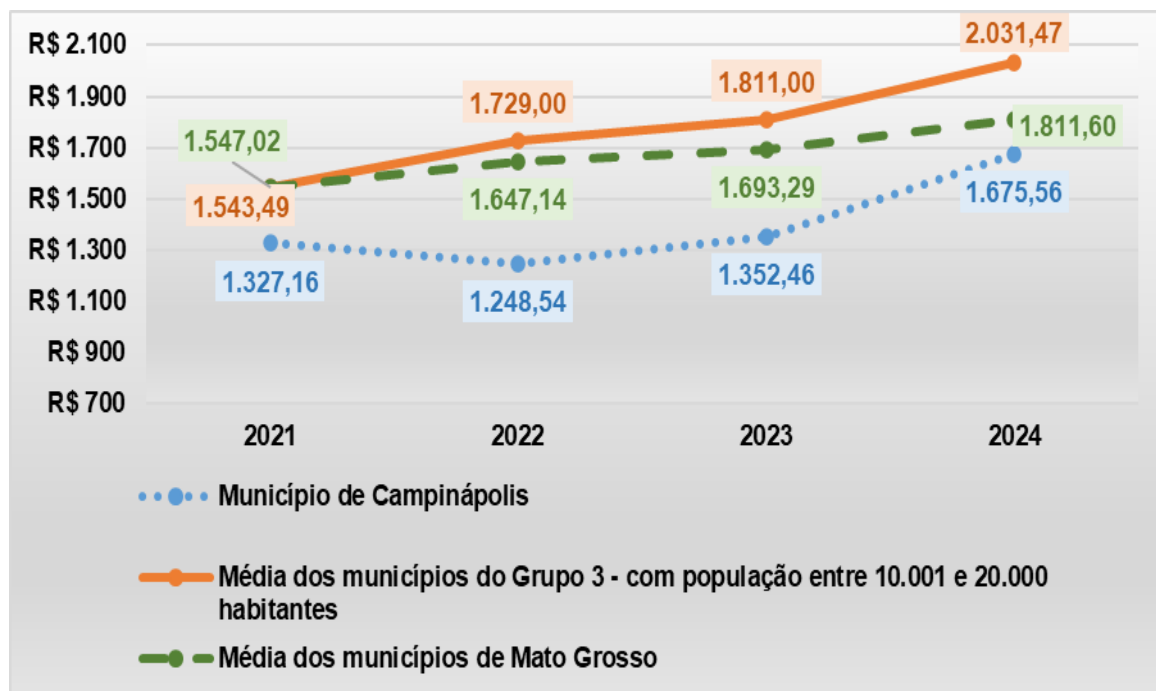
Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025





74. A série histórica da despesa realizada com saúde *per capita* pelo Município de Campinópolis, no período de 2021 a 2024, indica crescimento nos dois últimos exercícios. Porém, ficou abaixo da média do Grupo 3, e aquém da média estadual, em todo o período, conforme se pode observar no Gráfico 35:

Gráfico 35 – Despesa com Saúde *per capita* – 2021 a 2024 – Atualizada pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

6.3. Gasto com Pessoal

6.3.1. Despesa com Pessoal do Poder Executivo

75. A despesa total com pessoal do Poder Executivo foi de **R\$ 55.033.816,19**, correspondentes a **52%** do total da Receita Corrente Líquida. Os percentuais aplicados ficaram dentro do limite máximo de 54%, fixado pelo art. 20, inc. III, alínea b da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF conforme Tabela 38:





Tabela 38 – Base de Cálculo: Pessoal – RCL

	Balanco
RECEITAS CORRENTES	113.481.218,45
Impostos, Taxas e Contribuições	8.812.098,63
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	4.989.439,02
IPTU	322.235,00
ITBI	1.849.228,39
ISSQN	1.401.011,07
Taxas	249.567,44
Outros	617,71
Receita de Contribuições	4.954.175,80
Receita Patrimonial	2.952.438,13
Receita de Serviços	1.314.847,95
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	104.357.572,79
Transferências da União	39.251.431,58
Transferências do Estado	27.751.572,70
Transferência FUNDEB	37.354.568,51
Outras Receitas Correntes	599.979,58
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	465.435,93
Demais Receitas Correntes	134.543,65
Deduções	-9.509.894,43
FUNDEB	-9.495.587,45
Outras Deduções	-14.306,98
DEDUÇÕES - RPPS (segurado); Receita da compensação financeira entre regimes previdenciários	-4.003.291,58
DEDUÇÕES - Receita de Aplicação Financeira do RPPS – (Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017)	-2.012.263,78
BASE DE CÁLCULO - RCL	107.465.663,09
GASTO MÁXIMO COM PESSOAL (54%)	58.031.458,07
Total Gasto com Pessoal em 2024	55.033.816,19
Percentual gasto com Pessoal em 2024	52,00%
Habitantes no município	15.713
Receita Corrente Líquida por Habitante	6.839,28

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

Gráfico 36 – % Aplicado com Despesa de Pessoal do Poder Executivo



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025





6.3.2. Despesa com Pessoal do Município

76. O município aplicou o total de **53,73%** da Receita Corrente Líquida na despesa total com pessoal do município, que corresponde ao valor de R\$ 56.860.473,79. Os percentuais aplicados ficaram dentro do limite máximo de 60%, fixado pelo art. 19, inc. III da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, como demonstrado nas Tabelas 37 e 38:

Tabela 39 – Despesa com Pessoal – Consolidado

Descrição	R\$ - Balanço
1 – Despesa Bruta com Pessoal (A)	68.274.204,14
1.1 – Pessoal Ativo	62.134.243,85
1.2 – Pessoal Inativo e Pensionista	6.139.960,29
2- Despesas não Computadas (B)	11.413.730,35
2.1 – Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	3.414.282,44
2.2 – Inativo e Pensionistas com Recursos Vinculados	6.235.187,62
2.3 - Despesas com recursos da fonte 604 (Art.198, §11, CF/88)	1.764.260,29
Despesa Total com Pessoal C =(A - B)	56.860.473,79

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

Tabela 40 – Despesa com Pessoal do Município (%)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)	% DA RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	105.822.027,09	-
LIMITE LEGAL - 60% da RCL	63.493.216,25	60,00%
TOTAL DESPESAS COM PESSOAL	56.860.473,79	53,73%
Executivo (Limite máximo: 54%)	55.033.816,19	52,00%
Legislativo (Limite máximo: 6%)	1.826.657,60	1,72%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

77. A série histórica de percentuais dos gastos com pessoal do Poder Executivo em relação à Receita Corrente Líquida, no período de 2021 a 2024, manteve-se abaixo do valor máximo permitido. Com relação ao percentual dos gastos com pessoal do município, no mesmo período, o resultado situou-se abaixo do limite máximo, conforme se observa na Tabela 41:



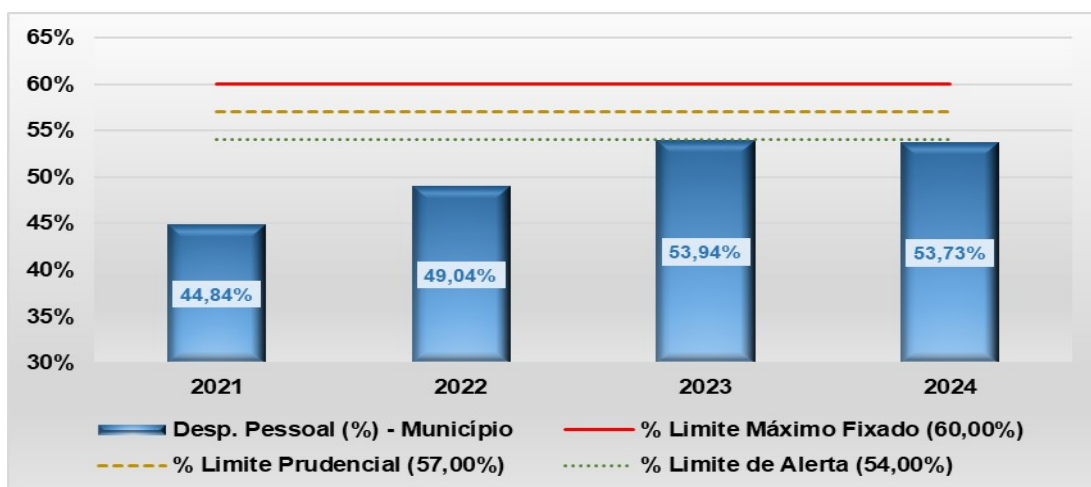


Tabela 41 – Histórico de Despesa com Pessoal (%) – 2021 a 2024

Ano	2021	2022	2023	2024
% máximo fixado (Executivo)	54,00%			
Aplicação - Executivo	43,01%	47,20%	52,04%	52,00%
%r máximo fixado (Município)	60,00%			
Aplicação - Município	44,84%	49,04%	53,94%	53,73%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

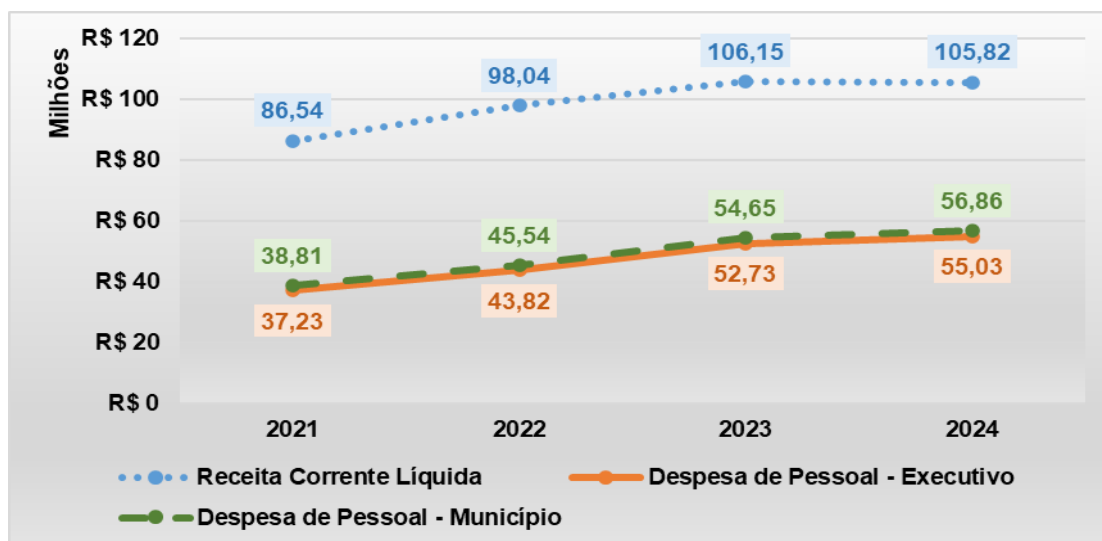
Gráfico 37 – % Aplicado com Despesa de Pessoal do Município



Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

78. A série histórica da Receita Corrente Líquida e da Despesa de Pessoal do Poder Executivo e do município no período de 2021 a 2024, está demonstrada no Gráfico 38.

Gráfico 38 – Evolução da Receita Corrente Líquida e Despesa de Pessoal do Poder Executivo e do Município – Atualizada pelo IPCA



Fonte: Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025





6.4. Repasse ao Poder Legislativo

79. O Poder Executivo repassou à Câmara Municipal o montante de **R\$ 3.639.276,61**, equivalente a **7%** da receita base arrecadada no exercício anterior, situando-se, portanto, dentro do limite constitucional, que é de **7%**.

Tabela 42 – Repasse para o Legislativo – Art.29-A, CF/88

Repasse (R\$)	Receita Base (R\$)	% sobre a Receita Base	Limite Máximo	Situação
3.639.276,61	51.989.665,81	7,00%	7,00%	Regular

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

80. A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2021 a 2024, manteve-se dentro do limite máximo permitido, conforme se observa no Tabela 43:

Tabela 43 – Repasse para o Legislativo (%) – 2021 a 2024

	2021	2022	2023	2024
Valor máximo fixado	7,00%			
% repassado	6,93%	6,90%	6,92%	7,00%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

6.5. Limite da Relação Despesa Corrente/ Receita Corrente – Art. 167-A/ CF 88

81. O Limite da Relação entre Despesa Corrente e Receita Corrente tem como base o preceito do artigo 167-A da Constituição Federal de 1988, onde foi estabelecido que, no período de 12 meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes não pode superar 95% no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Se essa relação superar o teto de 95%, os Poderes Executivo e Legislativo podem adotar mecanismos de ajuste fiscal que busquem equilibrar o resultado primário.

82. De maneira sintética, o equilíbrio fiscal é fundamental para garantir a estabilidade financeira e o cumprimento das obrigações do poder público, pois se refere à capacidade do município em alcançar receitas suficientes para arcar com todas as suas despesas correntes, sem a necessidade de recorrer a empréstimos ou outras fontes de financiamento externas.

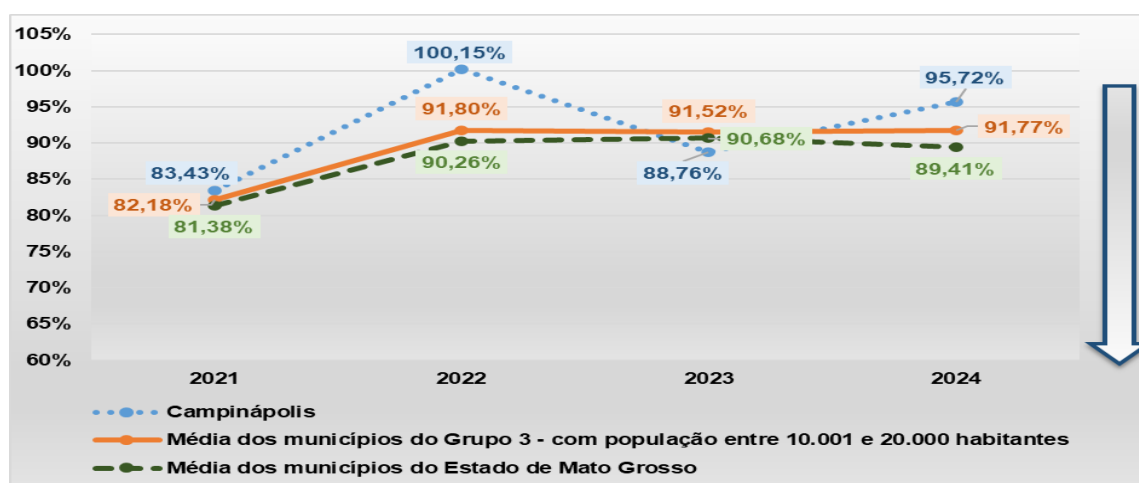




83. Para isso, é necessário um planejamento financeiro adequado, uma gestão tributária eficiente, medidas de contenção de gastos e priorização dos investimentos em áreas essenciais.

84. O Gráfico 39 demonstra o histórico da apuração do limite estabelecido no artigo 167-A da Constituição Federal de 1988, o município de Campinápolis obteve resultado de 95,72%, pior que a média dos municípios do Grupo 3, 91,77%; o resultado também ficou pior que média dos municípios de mato-grossenses que é de 89,41%

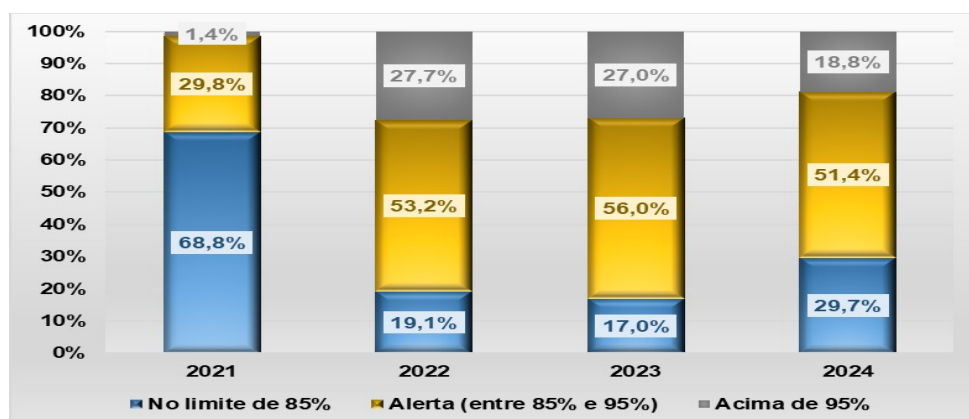
Gráfico 39 – Limite art. 167-A – CF88 – 2021/2024



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

85. O Gráfico 40, demonstra a situação dos municípios do estado de Mato Grosso, no período de 2021 a 2024, em que o melhor resultado foi em 2021, 68,8%, ficaram dentro do limite de 85% e o pior em 2023, 17,0%.

Gráfico 40 – Histórico da proporção de municípios de acordo com o Limite Art. 167-A CF88



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025





6.6. Síntese da Observância dos Principais Limites

86. A Tabela 44 sintetiza os percentuais alcançados:

Tabela 44 – Principais Limites Constitucionais e Legais alcançados

Objeto	Norma	Limite Previsto	Percentual Alcançado
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	CF: Art. 212	Mínimo de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.	24,74%
Ações e Serviços de Saúde	CF: art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT	Mínimo de 15% da receita de impostos refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º, todos da Constituição Federal	33,59%
Despesa Total com Pessoal do Município	LRF: Art. 19, III	Máximo de 60% sobre a RCL	53,73%
Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo	LRF: Art. 20, III, b	Máximo de 54% sobre a RCL	52,00%
Repasse ao Poder Legislativo	CF: Art. 29-A	Máximo de 7% sobre a Receita Base	7,00%
Remuneração do Magistério	Lei 14.276/2021: art.26, §2º.	Mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB	77,80%
Relação Despesa Corrente/ Receita Corrente	CF: Art. 167-A	Máximo de 95%	95,72%

7. Aspectos Previdenciários

7.1. Resultado de Previdenciário – RPPS

87. Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) de que trata o art. 40 da Constituição Federal, instituídos pelos entes federativos para dar cobertura a servidores públicos titulares de cargos efetivos, bem como a membros da magistratura, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos Tribunais de Contas, devem ser organizados de forma a cumprir com os princípios do caráter contributivo e do equilíbrio financeiro e atuarial e com as normas gerais aplicáveis a esses regimes, previstas na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

88. O financiamento dos regimes próprios é realizado por meio de contribuições dos servidores e do Ente Público, fundamentado em princípios técnicos para a preservação de seu equilíbrio financeiro e atuarial, com o intuito de garantir o pagamento dos benefícios futuros devidos por eles aos seus beneficiários/segurados.

89. O equilíbrio financeiro é obtido quando o que se arrecada dos participantes do





regime previdenciário (Ente Federativo e seus respectivos servidores) é suficiente para pagar os benefícios assegurados por esse sistema. Por sua vez, o equilíbrio atuarial é alcançado quando os percentuais de contribuição, a taxa de reposição e o período de duração dos benefícios são definidos a partir dos cálculos atuariais, que devem ser observados pelo Ente, mantiverem o equilíbrio financeiro durante todo o período de existência do regime de previdência.

90. Na comparação das receitas arrecadadas com as despesas liquidadas pelo RPPS, nos anos de 2023 e 2024, constata-se superávit no resultado orçamentário, conforme exposto na Tabela 45:

Tabela 45 – Resultado da Execução Orçamentária – RPPS – Atualizado pelo IPCA

Receitas Previdenciárias - RPPS	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (I)	9.507.492,39	11.810.068,36
Receita de Contribuições dos Segurados	3.639.662,27	3.868.747,93
Ativo	3.597.762,17	3.809.471,72
Inativo	41.900,09	58.587,13
Pensionista	0,00	689,08
Receita de Contribuições Patronais	4.673.118,88	5.794.513,00
Ativo	4.673.118,88	5.794.513,00
Receita Patrimonial	1.028.758,15	2.012.263,78
Receitas de Valores Mobiliários	1.028.758,15	2.012.263,78
Outras Receitas Correntes	165.953,09	134.543,65
Compensação Financeira entre os Regimes	165.953,09	134.543,65
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (IV) = (I + III - II)	9.507.492,39	11.810.068,36
Despesas Previdenciárias - RPPS	2023	2024
Benefícios	4.875.461,57	6.235.187,62
Aposentadorias	4.648.219,52	5.709.071,28
Pensões por morte	478.721,44	526.116,34
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (V)	4.875.461,57	6.235.187,62
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)	4.632.030,82	5.574.880,74

Fonte: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf?sessionId=y216+8G0VA-9GL1G-R8fkfdP.node3 - RREO> – Atualizado em 22/05/2024

7.2. Contribuições Previdenciárias e Parcelamentos Efetuados

91. O *caput* do art. 40 e o inc. I do art. 195 da Constituição Federal/1988 determinam que será assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante





contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, e serão observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, bem como o disposto no artigo supracitado. Além disso, o financiamento da seguridade social será de responsabilidade de toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

92. De acordo com a referida legislação, extrai-se que a Administração Municipal tem a obrigação de contribuir com o custeio do RPPS e que o administrador público tem o dever de cumprir os prazos de pagamento de suas obrigações previdenciárias e, caso configurada a situação de atraso no recolhimento das contribuições patronais e dos segurados, é sua responsabilidade arcar com os juros e multas dele oriundos.

93. Desta forma, ficou constatado a adimplência das contribuições previdenciárias, exercício de 2024, bem como, a existência de parcelamento do Ente pactuado com a Unidade Previdenciária.

7.3. Índice de Situação Previdenciária

94. O Índice de Situação Previdenciária – ISP-RPPS é apurado e divulgado anualmente pelo Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público – DRPSP, tendo como base as informações encaminhadas pelos entes federativos ao CADPREV e ao SICONFI, até 31 de julho subsequente ao ano sob análise.

95. O cálculo final do ISP-RPPS é matéria do art. 11 da Portaria SPREV nº 14.762, de 2020, que apresenta a fórmula baseada na classificação parcial obtida a partir da combinação das classificações apuradas nos indicadores associados a cada um dos aspectos (Transparência e Gestão, Situação Financeira e Situação Atuarial).





Tabela 46 – Índice de Situação Previdenciária

Ano	Município	Grupo	Subgrupo	Classificação em gestão e transparência	Classificação em finanças e liquidez	Classificação em atuária	Indicador de situação previdenciária	Perfil atuarial
2021	Campinápolis	pequeno porte	menor maturidade	B	C	B	C	II
2022		pequeno porte	menor maturidade	B	C	B	C	II
2023		pequeno porte	menor maturidade	B	C	B	C	II
2024		pequeno porte	menor maturidade	B	B	B	C	II

Fonte: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/ISP_2024_resultado_final_Revisado_29_11_2024.xlsx - Atualizado em 14/04/2025

96. O município de Campinápolis apresenta nível intermediário para a situação atuarial, gestão e transparência, finanças e liquidez do regime próprio previdenciário.

97. A nota final do índice de situação previdenciária é C, colocando-o num nível baixo.

7.4. Regime de Previdência Complementar

98. A previdência complementar é um dos temas de grande importância que deverá ser tratado pelos prefeitos e vereadores eleitos em 2020 logo nas suas primeiras semanas de mandato.

99. De fato, a reforma da previdência de 2019 – Emenda Constitucional 103 – tornou obrigatória a instituição pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, de regime de previdência complementar – RPC para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS para o valor das aposentadorias e das pensões em regime próprio de previdência social – RPPS (parágrafo 14 do art. 40 da Constituição).

100. Isso significa que o valor das aposentadorias e pensões pagas pelo respectivo RPPS ficarão limitados ao teto pago pelo RGPS. Destaque-se que a participação dos servidores no RPC é facultativa.

101. A mesma EC 103 fixou prazo até 13/11/2021 para a instituição da previdência complementar municipal. Dessa forma, para cumprir a determinação constitucional, o





prefeito deve fazer os estudos preliminares e a propositura do projeto de lei e a Câmara de Vereadores deve fazer a discussão e votação da matéria em tempo de ocorrer a publicação da lei e a realização do processo seletivo de escolha da entidade de Previdência até a referida data. Na maioria dos municípios brasileiros, ainda não foram iniciados os levantamentos necessários, o que impõe aos novos mandatários um tratamento prioritário para o assunto, bem como especial atenção pelos vereadores eleitos.

Tabela 47 – Informações Gerais sobre a Adesão ao Regime de Previdência Complementar

Município	Forma de Ingresso	Ato de Autorização	Data de Autorização	Portaria	Data Portaria	EFPC	Início do Funcionamento Plano
Campinópolis	Adesão a Plano de Benefícios já existente	Licenciamento Automático	18/09/2023	854	23/09/2023	BB Previdência Fundo de Pensão Bando do Brasil	03/02/2022

Fonte: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/mais-informacoes/arquivos/derpc_entespci-25-03-20.xlsx

7.5. Resultado Atuarial

102. A Portaria nº 464/2018, define equilíbrio atuarial como a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, até a extinção da massa de segurados, ou seja, a igualdade entre os ativos garantidores do plano de benefícios, somados às contribuições futuras e aos direitos, bem como aos compromissos atuais e futuros do regime.

103. Portanto, um déficit atuarial demonstra que as somatórias das receitas atuais e das futuras são insuficientes para o pagamento dos compromissos com benefícios previdenciários, ao longo do tempo, dessa forma havendo a necessidade de um plano de amortização para o equacionamento, conforme estabelece o artigo 53, da supracitada portaria.

104. As hipóteses atuariais constituem um conjunto de estimativas de natureza demográfica, biométrica, econômica e financeira que são consideradas na avaliação do plano, durante o período futuro, trazendo bom nível de segurança e resultado. Ou seja, são essenciais na garantia de um futuro tranquilo para os participantes e assistidos dos





benefícios, na medida em que buscam estabelecer a melhor estimativa de valor da reserva matemática que representa a obrigação assumida pela entidade com o pagamento dos benefícios.

Tabela 48 – Hipóteses Demográficas, Econômicas e Financeiras do RPPS de Campinópolis

Descrição	Unidade	Hipóteses
Projeção da Taxa de Juros Real para o Exercício	PERCENTUAL	4.84
Projeção de Crescimento Real do Salário	PERCENTUAL	1.00
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	PERCENTUAL	0.00
Critério para Projeção do Valor dos Proventos Calculados pela Média	TEXTO	O relatório contém maiores detalhes
Projeção da Taxa de Inflação de Longo Prazo	PERCENTUAL	1.50
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios	PERCENTUAL	99.32
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários	PERCENTUAL	99.32
Projeção da Taxa de Rotatividade	TEXTO	0,00%
Crítérios da Projeção de Novos Entrantes	TEXTO	O relatório contém maiores detalhes
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por morte	QUANTIDADE	2
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por aposentadoria	QUANTIDADE	7
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por desligamento	QUANTIDADE	0
Projeção de Novos Entrantes - Quantidade de entradas	QUANTIDADE	0
Composição Familiar - Servidores em atividade	TEXTO	Se estado civil diferente de solteiro, efeitos de casado conforme hipóteses
Probabilidade de Casados, se adotada premissa	TEXTO	95,00%
Diferença da Idade entre titular masculino e cônjuge feminino, se adotada premissa	TEXTO	3
Diferença da Idade entre titular feminino e cônjuge masculino, se adotada premissa	TEXTO	-3
Composição Familiar - Aposentados	TEXTO	Se estado civil diferente de solteiro, efeitos de casado conforme hipóteses
Probabilidade de Casados, se adotada premissa	TEXTO	100,00%
Diferença da Idade entre titular masculino e cônjuge feminino, se adotada premissa	TEXTO	3
Diferença da Idade entre titular feminino e cônjuge masculino, se adotada premissa	TEXTO	-3
Hipótese Adotada para Entrada em Aposentadoria	TEXTO	O relatório contém maiores detalhes
Outras Hipóteses Adotadas	TEXTO	não

Fonte: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/draa/consultarDemonstrativos.xhtml>

105. De acordo com os dados do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA (CADPREV)⁶, constata-se que, no exercício de 2024, o resultado atuarial do RPPS de Campinópolis é superavitário.

⁶ <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/draa/consultarDemonstrativos.xhtml>





Tabela 49 – Demonstrativos de Resultados do RPPS

Descrição	2024
Nº Servidores ativos	966
Nº Beneficiários Inativos	127
Total	1.093
Patrimônio atual	47.491.975,86
(+) Receitas futuras projetadas	128.356.414,45
(-) Benefícios futuros projetados	122.266.734,56
Resultado Atuarial 2024	6.089.679,89

Fonte: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/draa/consultarDemonstrativos.xhtml>

106. O resultado atuarial do período de 2021 a 2024, apresenta superávit atuarial no primeiro e último ano, sendo o valor de R\$ 6.089.679,89 o resultado para 2024, conforme tabela a seguir.

Tabela 50 – Resultado Atuarial de 2021 a 2024 – Atualizado pelo IPCA

	2021	2022	2023	2024
Patrimônio Atual	R\$ 34.735.755,57	R\$ 35.075.026,17	R\$ 39.799.224,93	R\$ 47.491.975,86
(+) Receitas Futuras Projetadas	79.292.854,42	82.509.419,81	103.160.761,79	128.356.414,45
(-) Benefícios Futuros Projetados	78.851.228,42	86.462.564,63	109.528.524,86	122.266.734,56
Resultado Atuarial	R\$ 441.626,00	-R\$ 3.953.144,82	-R\$ 6.367.763,07	R\$ 6.089.679,89

Fonte: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/draa/consultarDemonstrativos.xhtml>

8. Indicadores

8.1. Carga Tributária *per capita*

107. O indicador de Carga Tributária per capita aponta a contribuição de cada habitante para o financiamento do setor público no Município. Em 2024, a Carga Tributária per capita de Campinápolis, que é de R\$ 559,91, esteve abaixo da média dos municípios do Grupo 3, R\$ 1.042,25 e abaixo da média dos municípios mato-grossenses, R\$ 1.508,89.

108. É legítima a tese de que quanto maior a eficácia tributária, em que a administração pública conjuga o exercício da competência de instituir com o dever de arrecadar o tributo, maior será a possibilidade de promoção da justiça fiscal.

109. Inclusive, a expressiva distância entre a menor e a maior carga demonstrada nesse ranking merece atenção por parte dos governos municipais, para verificar a



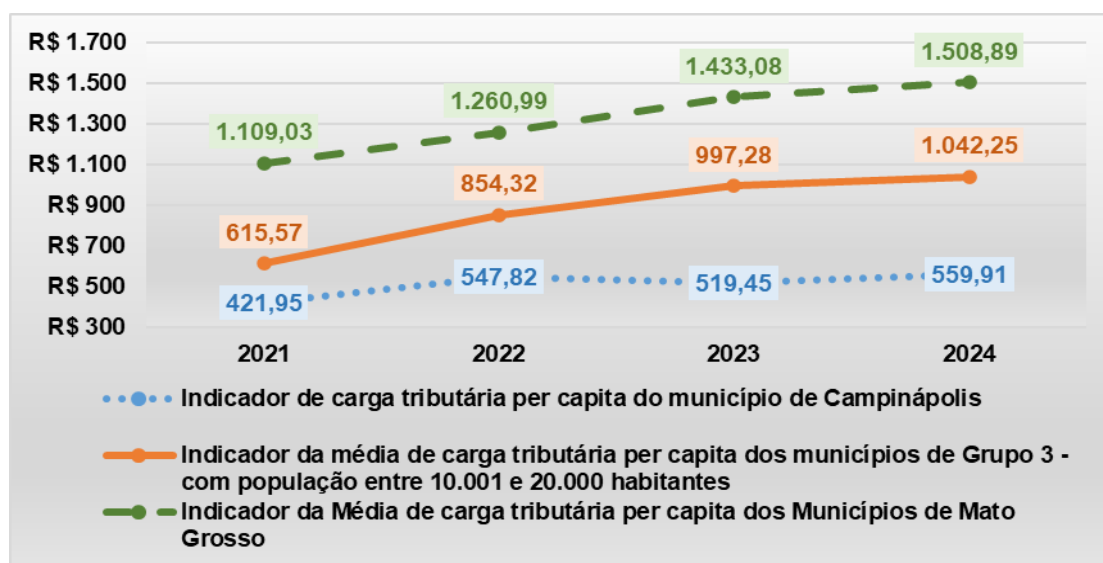


relação existente entre seus indicadores de carga e os indicadores de eficácia tributária.

110. O tema envolve grande complexidade e este não é o instrumento adequado ou mesmo oportuno, para o seu estudo. Entretanto, sob a ótica do cidadão, a carga tributária ideal é aquela em que rigorosamente todo indivíduo contribui, no limite da sua capacidade, para que a arrecadação seja suficiente para realizar os serviços e os investimentos necessários ao bom desempenho das políticas públicas.

111. Esses indicadores demonstram que o Município de Campinópolis, mesmo estando abaixo das média do Grupo 3 e da estadual, implementou políticas para o aumento da arrecadação de Receita Própria Tributária, no período de 2021 a 2024, tendo aumentado em 32,69% a Carga Tributária per capita, como se pode observar no Gráfico 41.

Gráfico 41 – Indicador de Carga Tributária *per capita* – 2021 a 2024 – Atualizado pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

8.2. Investimento *per capita*

São despesas realizadas com o propósito de criar bens patrimoniais ou de uso da população, ou seja, são destinadas ao planejamento e à execução de obras públicas, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. O indicador demonstra qual o montante de despesa realizada de investimento por habitante.

112. Nesse indicador, Campinópolis obteve resultado inferior ao da média dos

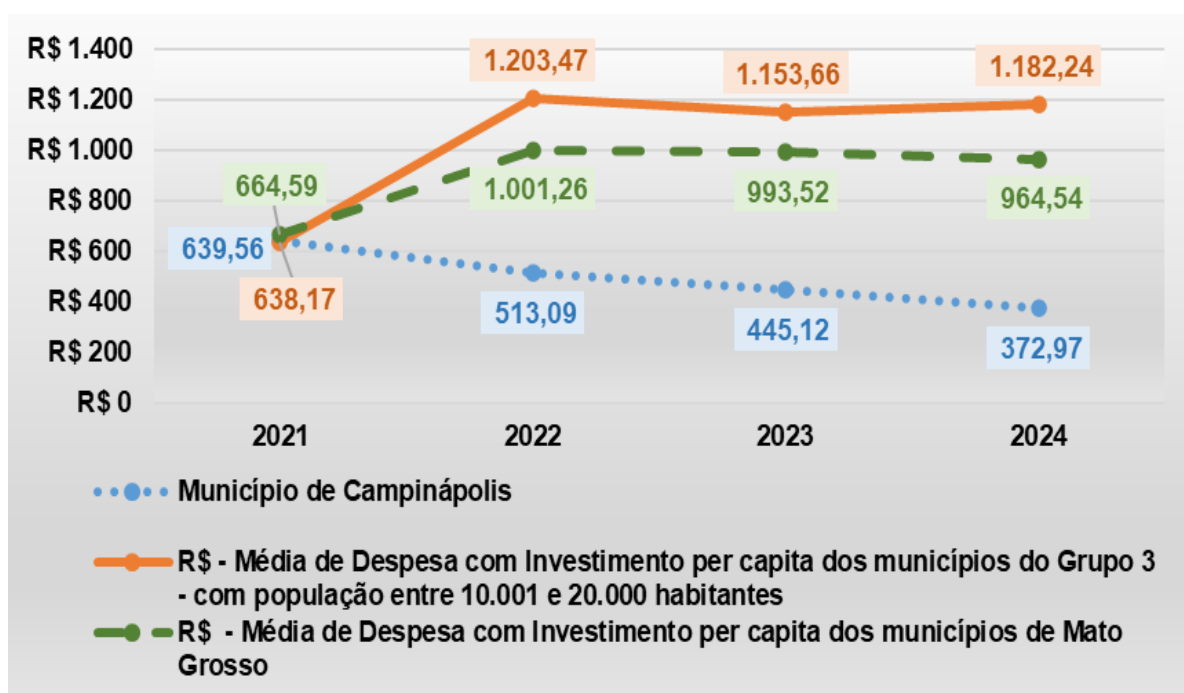




municípios do Grupo 3, R\$ 1.182,24, apresentando resultado de R\$ 372,97 de investimento per capita; o resultado ficou abaixo da média dos municípios mato-grossenses que é R\$ 964,54.

113. O Gráfico 42 demonstra os valores de investimento, pelo município, per capita, no período de 2021 a 2024.

Gráfico 42 – Despesa com Investimento *per capita* – 2021 a 2024 – Atualizado pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

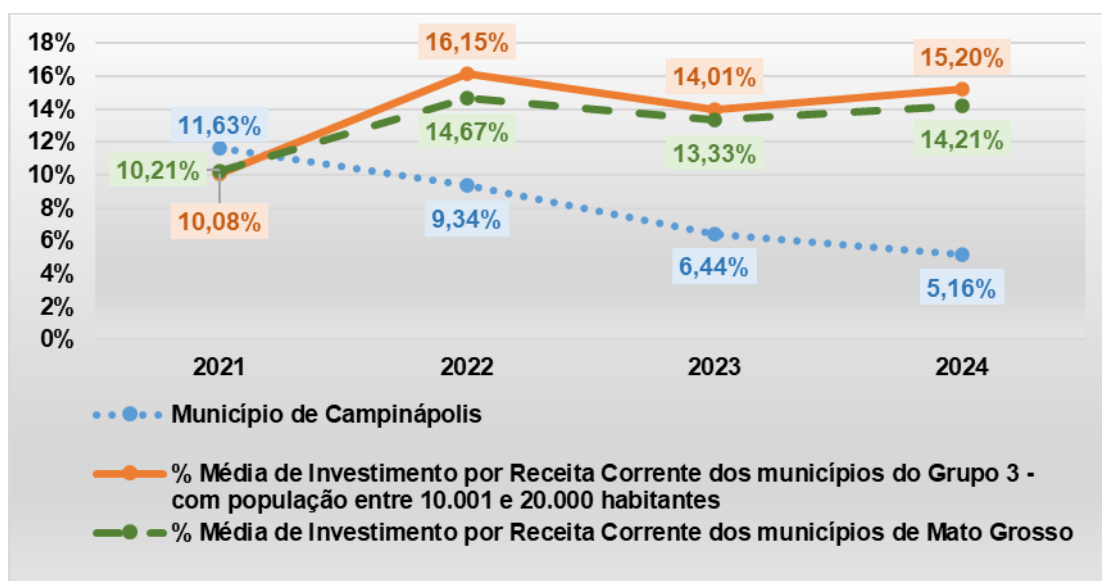
114. Esses indicadores demonstram que houve redução, nos índices de investimento per capita. O ápice ocorreu no exercício de 2021, quando foram aplicados R\$639,56. Nesse período, o decréscimo no investimento per capita foi de 41,68%.

115. Quando comparado às receitas correntes, verifica-se que o investimento apresentou trajetória similar, pois, em 2021, representava 11,63%, tendo atingido, em 2024, 5,16% da receita corrente.





Gráfico 43 – % de Investimento por Receitas Correntes – 2021 a 2024



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

8.3. Indicadores de Poupança Corrente e Suficiência Financeira

Este indicador procura verificar se o ente está fazendo poupança suficiente para absorver um eventual crescimento de suas despesas correntes acima do crescimento das receitas correntes⁷.

A avaliação da capacidade de pagamento dos entes, realizada pelo Tesouro Nacional, é parte da sistemática observada pela STN quando analisa a concessão de garantia da União aos entes subnacionais. Nesse sentido, é pré-requisito para concessão de aval para contratação de operações de crédito por Estados, Distrito Federal e Municípios. A alteração da metodologia da CAPAG faz parte de um amplo processo de modernização do sistema de garantias para torná-lo mais eficiente, seguro e transparente, assegurando que os Entes apenas celebrem contratos de operação de crédito em volumes sustentáveis. Ela será o principal indicador de saúde fiscal utilizado pelo Tesouro Nacional para definir a trajetória de endividamento dos Entes⁸.

116. De acordo com a Portaria nº 501/2017, cada indicador econômico-financeiro, ou seja, a cada indicador de endividamento, poupança corrente e liquidez, será atribuída uma letra – A, B ou C – que representará a classificação parcial do ente naquele indicador, ressaltando que quanto menor o indicador melhor a classificação.

117. O Indicador de Poupança Corrente é um dos três indicadores econômico-financeiros utilizados análise de capacidade de pagamento da Secretaria do Tesouro

⁷ http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/590946/CPU_MODULO_17_Sustentabilidade_fiscal_dos_entes_subnacionais.pdf/ce8d792b-f429-47d7-9162-7def228c0eaa

⁸ <http://tesouro.gov.br/sistemagarantiauniao>





Nacional (STN), implementado pela referida portaria, cujo cálculo baseia-se na média ponderada, na relação entre despesa corrente e Receita Corrente Ajustada (liq. Fundeb) dos últimos três exercícios, com os pesos 0,20, 0,30 e 0,50, para os exercícios de 2021 a 2024, respectivamente, e será avaliado conforme discriminado na Tabela 51.

Tabela 51 – Critérios de Classificação do Indicador de Poupança Corrente

INDICADOR	FAIXAS DE VALORES	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
Poupança Corrente - PC	PC < 90%	A
	90% ≤ PC < 95%	B
	PC ≥ 95%	C

118. O Indicador de Poupança Corrente presente neste relatório, está baseado nos critérios e metodologias estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. No entanto, as informações utilizadas para seu cálculo são extraídas do Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas – APLIC.

119. O Município de Campinápolis, no período de 2021 a 2024, ficou pior que a média do Grupo 3, 91,49% e pior que a média estadual, 89,74%, tendo alcançado 93,36% de Poupança Corrente, e obtido, assim, classificação B. Com relação ao exercício de 2024, sua capacidade de Poupança Corrente diminuiu para 93,79%, não alterando sua classificação B, como se observa na Tabela 52.

Tabela 52 – Indicador de Poupança Corrente

Município de Campinápolis (2022-2024)	Grupo 3 - com população entre 10.001 e 20.000 habitantes (2022- 2024)	Média Estadual (2022- 2024)	Classificação do Município de Campinápolis (2022-2024)	Município de Campinápolis (2024)	Classificação do Município de (2024)
93,36%	91,49%	89,74%	B	93,79%	B

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

120. O Indicador de Suficiência Financeira, demonstra a relação entre a disponibilidade de caixa, a qual se obtém pela diferença entre ativo financeiro e passivo financeiro, e a



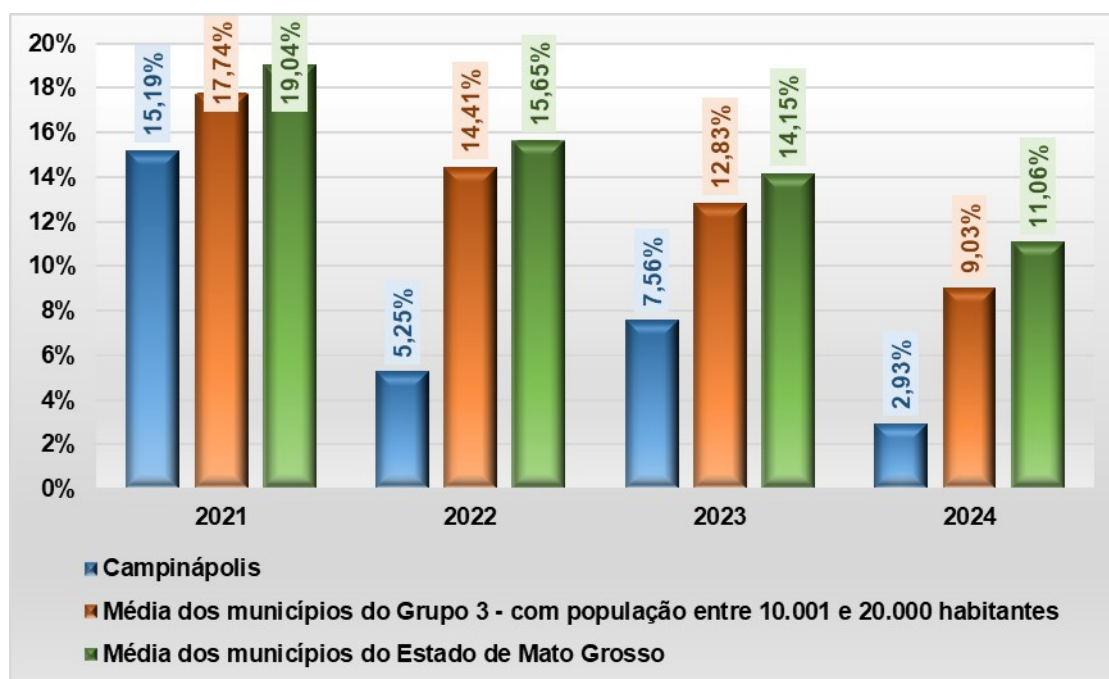


receita corrente, ou seja, o resultado quanto maior que 0% a situação é melhor.

121. A suficiência financeira nas contas públicas é essencial para garantir a prestação adequada dos serviços públicos à população. Essa suficiência se refere à capacidade do município de arrecadar receitas suficientes para cobrir todas as suas despesas e ainda manter uma reserva de contingência para situações emergenciais.

122. O Gráfico 44 demonstra o Indicador de Suficiência Financeira no período de 2021 a 2024, o município de Campinápolis ficou pior que a média dos municípios do Grupo 3, e inferior que a média dos municípios mato-grossenses.

Gráfico 44 – Indicador de Suficiência Financeira – 2021/2024



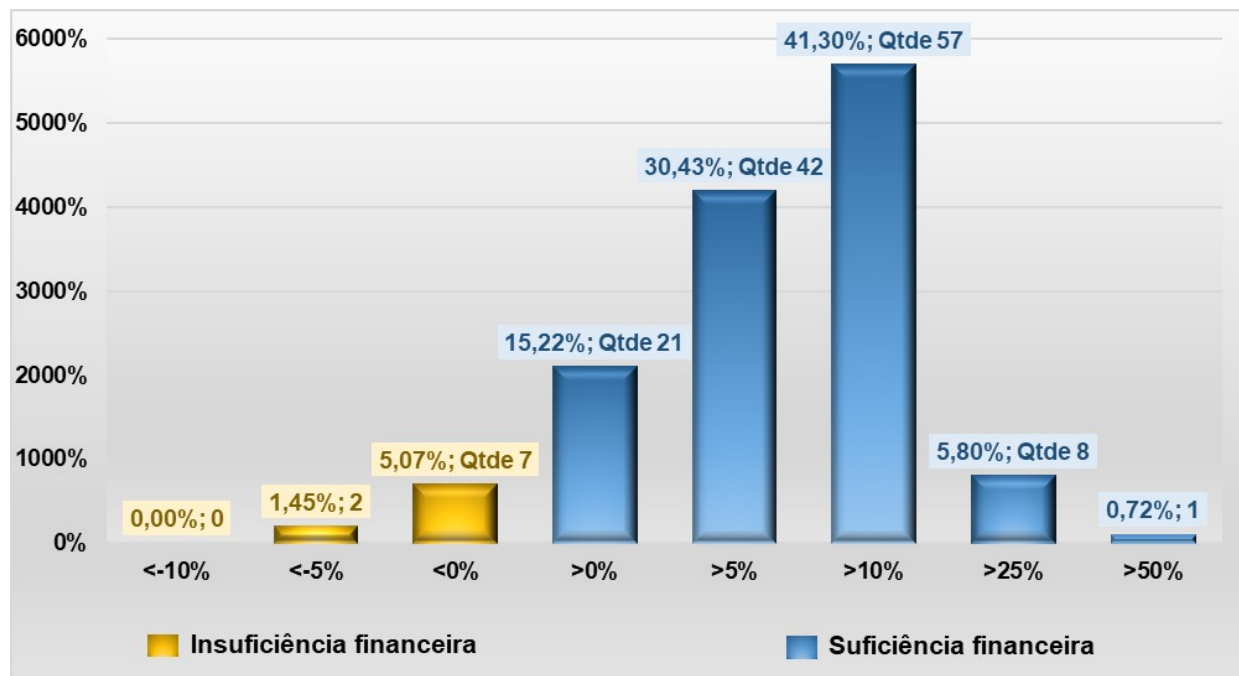
Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

123. O Gráfico 45 demonstra que em 2024 a maior concentração de municípios mato-grossenses está na faixa maior que 10% de disponibilidade de caixa em relação a receita corrente.





Gráfico 45 – Proporção dos Municípios de acordo com o Indicador de Suficiência Financeira



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 28/06/2025

8.4. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED

124. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED foi criado como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, com o objetivo de assistir os desempregados e de apoiar medidas contra o desemprego. Atualmente, os principais objetivos do CAGED são: a) acompanhar e fiscalizar o processo de admissão e dispensa do empregado; b) estabelecer medidas contra o desemprego e dar assistência aos desempregados; c) subsidiar a fiscalização do trabalho; Viabilizar o Pagamento do Seguro-Desemprego; e) atender à Reciclagem Profissional e a recolocação no mercado de trabalho (Intermediação); f) compor o CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais; e g) gerar estatísticas conjunturais sobre o mercado de trabalho celetista.

125. A série histórica de 2021 a 2024 do Município de Campinápolis, revela que houve aumento do emprego formal, como informa a Tabela 53:





Tabela 53 – Flutuação do Emprego Formal – 2021 a 2024

Ano	Município		Variação Absoluta (a-b)
2021	admissões (a)	396	55
	desligamentos (b)	341	
2022	admissões (a)	586	32
	desligamentos (b)	554	
2023	admissões (a)	586	71
	desligamentos (b)	515	
2024	admissões (a)	599	29
	desligamentos (b)	570	

Fonte:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNWl5NWl0ODEyMzYyOUMjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWl2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTZhNTEtNGYxOC04YW55LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>

OBS: Ano 2024

8.5. Transparência Pública

126. Em razão da importância da transparência pública na aferição da responsabilidade legal, social e como indicador da boa e regular governança pública – em especial por garantir o acesso às prestações de contas e demais informações e serviços públicos, em observância aos princípios constitucionais e disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Acesso à Informação – este Tribunal de Contas, juntamente com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), com o Tribunal de Contas da União (TCU) e com o apoio de outros Tribunais de Contas brasileiros e instituições do sistema, instituíram o Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com os objetivos de padronizar, orientar, estimular, induzir e fiscalizar a transparência nos Poderes e órgãos públicos em todo o país.

127. De acordo com uma metodologia nacionalmente padronizada, os portais avaliados são classificados conforme índices que variam de 0 a 100%. Assim, a metodologia definiu níveis de transparência para cada faixa de índices, conforme se tabela a seguir:





Tabela 54 – Níveis de transparência do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP)

Faixa de Transparência	Nível mínimo de Transparência	Requisito adicional
Diamante	Entre 95% e 100%	100% dos critérios essenciais
Ouro	Entre 85% e 94%	100% dos critérios essenciais
Prata	Entre 75% e 84%	100% dos critérios essenciais
Elevado	Entre 75% e 100%	Menos de 100% dos critérios essenciais
Intermediário	Entre 50% e 74%	-
Básico	Entre 30% e 49%	-
Inicial	Entre 1% e 29%	-
Inexistente	0%	-

Fonte: Cartilha PNTD 2024 - (<https://docs.google.com/document/d/1QbWhSTYF3RcGB6Q56lyCXY8OZrWC2so9/edit>)

128. No exercício de 2024, os resultados do índice de transparência pública do município de Campinópolis, ficaram no nível básico, como informa a Tabela 55:

Tabela 55 – Índice de Transparência

Município	Índice de Transparência	% das Essenciais	Nível de Transparência
Campinópolis	41,34%	66,67%	Básico

Fonte: <https://radardatransparencia.atricon.org.br/panel.html>

9. Do Relatório Técnico de Auditoria: Secex de Receita e Governo

129. Sob a coordenação da 3ª Secretaria de Controle Externo, a Auditor Público Externo Fernando Gonçalo Solon Vasconcelos, e a Auditora Público Externo Iris Conceição Souza da Silva, após a análise do processo e, ainda, com base em informações prestadas a este Tribunal por meio do sistema APLIC, elaborou o Relatório Técnico Preliminar e Complementar, no qual foram apontadas 21 irregularidades, atribuídas ao Prefeito.

130. Regularmente citado, o senhor José Bueno Vilela, apresentou sua defesa com as justificativas e documentos que entendeu pertinentes. Depois de analisada, a equipe concluiu pela permanência de 15 irregularidades, sendo 8 gravíssimas, 5 graves e 2 moderadas, classificadas nos termos da Resolução Normativa 17/2010, atualizada pela





Resolução 2/2015, conforme discriminadas a seguir:

1. **Item 1)** Percentual da receita base definida pela Constituição Federal e lei específica, aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino - MDE, abaixo do mínimo de 25% (art. 212 da Constituição Federal; art. 1º da Lei nº 14.113/2020). **AA01 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVISSIMA_01.**

1.1. O percentual aplicado (24,74%) não assegura o cumprimento do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, conforme o estabelecido no art. 212 da Constituição Federal. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

2. **Item 2)** Percentual dos recursos da complementação-VAAT do Fundeb, aplicados em despesas de capital, abaixo do mínimo de 15% (art. 27 da Lei nº 14.113/2020). **AB12 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVE_12.**

2.1. O percentual destinado para despesas de capital da Complementação da União (VAAT) não assegura o cumprimento do percentual mínimo de 15% estabelecido no Art. 212 - A, XI, CF/88. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

3. **Item 3)** Percentual dos recursos da complementação-VAAT do Fundeb, destinados à educação infantil, abaixo do mínimo de 50% (art. 28 da Lei nº 14.113/2020). **AB13 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVE_13.**

3.1. O percentual destinado na Educação Infantil da Complementação da União (VAAT) não assegura o cumprimento do percentual mínimo de 50% estabelecido no Art. 212 - A, §3º, CF/88. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

4. **Item 4)** Registros de fatos/atos contábeis em inobservância aos princípios da competência e oportunidade (Itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis). **CB03 CONTABILIDADE_GRAVE_03.**

4.1. Ausência de apropriação mensal das provisões trabalhistas de férias e décimo terceiro. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA





5. **Item 7).** Forma e/ou conteúdo das Demonstrações Contábeis divergente dos modelos estabelecidos nas normas contábeis (Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade; Instruções de Procedimentos Contábeis editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN). **CC09 CONTABILIDADE_MODERADA_09**

5.1. O Demonstrativo de Fluxo de Caixas - DFC - apresenta divergência entre os valores apresentados no saldo final de Caixa e Equivalentes quando comparado ao mesmo saldo de Caixa e Equivalentes no Balanço Patrimonial ao final do exercício de 2024 e, também, apresenta uma diferença no valor de R\$ 2.915.649,2 entre o saldo que deveria constar no DFC e o saldo que efetivamente consta no demonstrativo. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

5.2. As Notas explicativas nas Demonstrações Contábeis foram apresentadas, todavia, sem todas as informações previstas nas Normas de Contabilidade (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público) - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

6. **Item 8)** Disponibilidade de caixa insuficiente para o pagamento de obrigação de despesa contraída nos dois últimos quadrimestres do mandato (art. 42, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000). **DA01 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVISSIMA_01.**

6.1. Foram contraídas obrigações de despesa nos dois últimos quadrimestres do mandato sem disponibilidade financeira para seu pagamento, em desacordo com o art. 42, caput, e parágrafo único da Lei Complementar nº 101/2000. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

7. **Item 9)** Restos a pagar inscritos em fonte/destinação de recursos sem disponibilidade de caixa suficiente para o pagamento da obrigação no exercício seguinte (art. 1º, § 1º, art. 25, § 1º, IV, "c", da Lei Complementar nº 101/2000; Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF/STN). **DA02 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVISSIMA_02.**





7.1. Insuficiência financeira para pagamentos de restos a pagar na fonte 500 - Recursos não Vinculados de Impostos (-R\$ 4.181.789,33), 540 - Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos (- R\$ 601.843,79), 600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal (-R\$ 711.479,69), 604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (-R\$ 1.042,31), 700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União (-R\$ 352.595,96) e 759 - Recursos Vinculados a Fundos (-R\$ 206.430,29). - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

8. **Item 10)** Déficit de execução orçamentária em fonte/destinação de recurso no encerramento do exercício financeiro (art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000; Resolução Normativa do TCE-MT nº 43/2013). **DA03 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVISSIMA_03.**

8.1. Houve déficit de execução orçamentária nas fontes 500, 540, 552, 553, 600, 604, 661, 700, 701, 715, 716 e 759 em contradição aos arts. 169, CF e 9º, LRF. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

9. **Item 11)** Frustração de receitas verificada ao final de cada bimestre, sem providências para limitação de empenho e movimentação financeira, ocasionando o descumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000; art. 5º, III, da Lei nº 10.028 /2000). **DA04 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVISSIMA_04.**

9.1. Frustração de receitas verificada ao final de cada bimestre, sem providências efetivas para limitação de empenho e movimentação financeira, ocasionando o descumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000; art. 5º, III, da Lei nº 10.028/2000). - Tópico – ANÁLISE DA DEFESA





10. Item 13) Inobservância das alíquotas de contribuição relativas ao custo normal e suplementar estipuladas na avaliação atuarial e/ou a sua não implementação por meio lei (arts. 52 e 54 da Portaria MTP nº 1.467 /2022). **LA11 PREVIDÊNCIA_GRAVISSIMA_11.**

10.1. A Avaliação Atuarial referente ao exercício de 2024 não foi encaminhada ao Sistema APLIC, nem foi disponibilizado no Portal Transparência municipal, impossibilitando sua avaliação. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

10.2. A Avaliação Atuarial referente ao exercício de 2.024 não foi encaminhada ao Sistema APLIC, nem disponibilizada no Portal Transparência, impossibilitando a verificação das alíquotas. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

11. Item 14) Ausência de implementação do plano de custeio necessário para a cobertura do custo normal e/ou custo suplementar do plano de benefícios proposto na avaliação atuarial (arts. 17, § 7º, e 69 da Lei Complementar nº 101/2000; art. 52 da Portaria MTP nº 1.467/2022). **LA16 PREVIDÊNCIA_GRAVISSIMA_16.**

11.1. Não houve envio do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio de Amortização Atuarial ao Sistema APLIC e, tampouco, foi disponibilizado o documento no Portal Transparência do Município. Tal fato impede a análise se o plano de custeio atende os limites fiscais estabelecidos pela Lei nº 101/2000 ao longo do tempo. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

12. Item 15) Irregularidade referente a “Prestação de Contas” não contemplada em classificação específica). **MB99 PRESTAÇÃO DE CONTAS_GRAVE_99.**

12.1. Não foi constatado envio do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio de Amortização atuarial ao Sistema APLIC e nem





disponibilização desse documento no Portal Transparência do Município. -
Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

13. **Item 16)** Descumprimento das disposições da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação (art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal; Lei nº 12.527/2011; Guia para implementação da Lei de Acesso à Informação – Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 23/2017). **NB02 TRANSPARÊNCIA_GRAVE_02.**

13.1. Redução do índice de transparência municipal, de 59,91% no exercício de 2023 para 41,34% no exercício de 2024. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

14. **Item 18)** Currículo escolar da educação infantil, do ensino fundamental e/ou ensino médio, sem abranger os conteúdos mínimos exigidos pela legislação (art. 26 da Lei nº 9.394/1996). **OC19 POLÍTICAS PÚBLICAS_MODERADA_19.**

14.1. Não foi comprovada a inclusão de conteúdos acerca da prevenção da violência contra a criança, o adolescente e a mulher nos currículos escolares, conforme preconiza o art. 26, § 9º, da Lei nº 9.394/1996. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

15. **Item 21)** Descumprimento de determinações exaradas pelo TCE-MT em decisões singulares, acórdãos e/ou pareceres (art. 119 do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16/2021). **ZA01 DIVERSOS_GRAVISSIMA_01.**

15.1. Não houve concessão de RGA para a categoria de forma igualitária com as demais carreiras. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

131. Foi oportunizado ao interessado o direito de apresentar alegações finais mediante o Edital de Notificação nº 150/VAS/2025 (doc. digital nº 652559/2025).

132. As Alegações finais foram apresentadas (doc. digital nº 655803/2025).





10. Parecer do Ministério Público de Contas

133. O Ministério Público de Contas, por meio dos Pareceres 3.017/2025 e 3.232/2025 do Procurador Getúlio Velasco Moreira Filho, opinou pela emissão de Parecer Prévio Desfavorável à Aprovação das Contas Anuais, com recomendações.

134. É o Relatório.

